

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

**INTERFACES ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PARQUE NACIONAL
DAS ARAUCÁRIAS E O ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES,
PASSOS MAIA-SC**

EZEQUIEL ANTONIO DE MOURA

Orientadora: Prof^a Dra. Natalia Hanazaki

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Ciências
Biológicas do Centro Ciências Biológicas da
Universidade Federal de Santa Catarina.

FLORIANÓPOLIS
2008

*Não sou apenas o índio que perdeu sua taba • na curva da estrada
que o trator abriu • quando arrancou mãe-floresta, quebrou minha
flecha • deturpou minha festa e quase ninguém viu.
Não quero esse lero-lero de quem diz: não posso! Coitado!
Ai de mim! Se a Amazônia dá um grito, nós gritamos juntos.
E rezamos assim: Ave! Ave! Santa árvore . Pai nosso e do palmital •
pão nosso do santo fruto • ribeirinho enfrenta o mal • do homem
que traz a cerca • planta capim, faz curral • amparado num projeto
de violência brutal • onde o humano é esquecido • e o boi querido
é o tal. (declamado)*

*O Amazonas cuidado com o pé do boi
Chico já disse, ninguém mais se esqueceu
o latifúndio traz miséria acaba a mata
incendeia, desacata milenares filhos teus.*

*Se expulsar o seringueiro meu amigo
pense comigo a seringueira vai chorar
é sua escora, é companheira, é sua amiga
e ela percebe que ele sabe preservar.*

*Muita tristeza no tombo da castanheira
pro castanheiro é quase morrer de dor
ver destruída sua eterna companheira
por um projeto que ele não testemunhou.*

*E como fica onça pintada, arara azul
paca, cutia, periquito, porco-espinho
o jacaré, traíra, boto e lambari
pedem socorro com seu choro jacamim.*

*Chega de longe uma falsa ecologia
mas essa fria seu projeto já mostrou
imperialismo vem escrito na cabeça
não tem magia quem não conhece o amor.*

*Levanta o índio junto aos outros companheiros
vimos ligeiros contra a força desse mal
fazer corrente em toda a América Latina
a causa é nobre, a luta é internacional.*

(Zé Pinto, Devocão à Amazônia)

AGRADECIMENTOS

■ **A minha mãe;**

Responsável pela minha existência, por eu estar na Universidade, pelo apoio incondicional a todas as minhas iniciativas...

■ **A minha irmã;**

Por sua garra e determinação, por ter me dado o exemplo para entrar na Universidade, e por ter sido uma “segunda orientadora” na reta final do TCC...

■ **A minha companheira;**

Por seu amor e companheirismo que me deu a força necessária para finalizar o TCC...

■ **A Natalia e a equipe do Laboratório;**

Pela orientação e pela liberdade na escolha do tema e área de estudo; aos colegas do Laboratório pelas idéias e apoio de sempre...

■ **O Paulo e a e a equipe do NMD;**

Pela orientação no projeto de TCC; pelos debates que me clarearam posições...

■ **Camila, Leandro e Luiz Ernesto;**

Por aceitarem o convite para a banca e terem contribuído muito; A Camila por ter vindo de tão longe e em função do projeto de Doutorado; O Leandro com seus vários orientandos e outras bancas para participar; O Luiz Ernesto que não conseguiu estar presente na banca por causa das inundações que interditaram o caminho...

■ **A equipe do PRONERA na UFSC;**

Pelos primeiros contatos com o MST e com os Assentamentos de Passos Maia...

■ **A equipe do projeto da Saúde;**

Pela inserção no Zumbi dos Palmares e pelas atividades desenvolvidas em conjunto...

■ **A Brigada Maria Rosa;**

Pelo acolhimento do nosso trabalho e pelo apoio sempre vamos a Passos Maia...

■ **A todos os Sem Terras do Zumbi dos Palmares;**

Aos que participaram das entrevistas e outros pela hospedagem e alimentação...

■ **Aos companheiros da Brigada Mítico;**

Pelas atividades que participamos juntos e pelo revigoramento constante das forças...

■ **A UFSC e ao CNPQ**

Pelas condições acadêmicas e financeiras para realização desta pesquisa...

■ **Aos que me negaram e me ensinaram muito!!!**

Também aos que não me apoiaram, aos que explicitaram suas contradições e assim me fizeram ter mais convicção das minhas escolhas e do rumo que escolhi para seguir...

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	05
APRESENTAÇÃO	07
I – PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	10
1.1. Conservação e uso de recursos naturais	10
1.2. Unidades de Conservação	11
1.3. Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	13
1.4. Interfaces entre Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento	17
1.5. Etnoecologia	18
II – CONTEXTO DA PESQUISA	20
2.1. Passos Maia	20
2.2. Parque Nacional das Araucárias	21
2.2.1. Histórico de Criação	21
2.2.2. Projetos Atuais	24
2.3. Assentamento Zumbi dos Palmares	26
2.3.1. Histórico de Criação	27
2.3.2. Projetos Atuais	29
2.4. Interfaces entre o PARNA das Araucárias e o Zumbi dos Palmares	30
III – OBJETIVOS DA PESQUISA	33
IV – METODOLOGIA	34
4.1. Entrevistas	34
4.2. Oficina	35
4.3. Atividades complementares	36

V – RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
5.1. Entrevistas	38
5.1.1. Caracterização do lote	38
5.1.2. Recursos naturais e paisagem	42
5.1.3. Produção	45
5.1.4. Relações sociais	50
5.1.5. Conhecimento a respeito do PARNA das Araucárias	55
5.1.6. Afinidades e conflitos em relação ao PARNA das Araucárias	59
5.2. Oficina	64
5.3. Atividades complementares	70
5.3.1. Recuperação de APPs e Educação Ambiental nos PAs de Passos Maia	70
5.3.2. Jornada Nacional de Luta contra o agronegócio e as transnacionais	72
5.3.3. Capacitação em Gestão Participativa de Unidades de Conservação	73
5.3.4. Plano de manejo e conselho gestor do PARNA das Araucárias	78
VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
VIII – ANEXO	99

LISTA DE ABREVIATURAS

ACAPRENA – Associação Catarinense de Preservação da Natureza
AEPAC – Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
APPR – Associação Paranaense de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural
ATES – Assistência Técnica, Social e Ambiental
CG – Conselho Gestor
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNRPPN – Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural
COOPTRASC – Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária em Santa Catarina
COPERDIA – Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia
ELETROSUL – Eletrosul - Centrais Elétricas
ENCATTO – ENCATTO Projeto Ambientais
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
FBB – Fundação Banco do Brasil
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
FLONA – Floresta Nacional
FOM – Floresta Ombrófila Mista
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF – Global Environment Facility (Fundo Global para o Meio Ambiente)
GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (Cooperação Técnica Alemã)
IAF – Instituto Agro-florestal Bernardo Hakvoort
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ING – Instituto Os Guardiões da Natureza

KFW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (Cooperação Financeira Alemã)
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
Mater Natura – Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MS – Ministério da Saúde
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB – Núcleo de Base
NEA – Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA
ONG – Organização Não-Governamental
PA – Projeto de Assentamento
PARES – Parque Estadual
PARNA – Parque Nacional
PDA Mata Atlântica – Subprograma Projetos Demonstrativos – Componente Mata Atlântica
PICUS – Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade
PM – Plano de Manejo
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
REASUL – Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental
Rede PROUC – Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação
RL – Reserva Legal
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS – Refúgio de Vida Silvestre
SC – Santa Catarina
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
Socioambiental – Socioambiental Consultores Associados
SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
TNC – The Nature Conservancy
UC – Unidade de Conservação
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UnB – Universidade de Brasília
UNOESC Xanxerê – Universidade do Oeste de Santa Catarina (Campus de Xanxerê)

APRESENTAÇÃO

A realização desta pesquisa, neste contexto e local, possui um histórico de quase cinco anos de dedicação a essa temática, desde que ingressei no curso de Biologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Nos dois primeiros anos me dediquei a Unidades de Conservação, nos dois seguintes a Reforma Agrária, e no quinto procurei reunir todas as informações e experiências acumuladas para elaborar esta monografia.

Meu primeiro contato com a área de estudo foi no processo de criação do Parque Nacional das Araucárias, do qual participei das primeiras consultas públicas e de outras atividades de apoio a criação das Unidades de Conservação na Floresta com Araucárias. Após a criação do Parque, não houve mais atividades no local por um longo tempo, fato que dificultou a elaboração de um projeto para trabalhar nesta Unidade de Conservação.

A alternativa para conhecer foi acompanhar alguns projetos da Universidade em andamento na região, principalmente no Assentamento Zumbi dos Palmares. Assim, fiz meus primeiros contatos com lideranças locais e passei a ver um campo de trabalho que até então não imaginava. As atividades nos assentamentos foram se intensificando, enquanto que no Parque não havia nada sendo realizado.

A idéia inicial era realizar um estudo de percepção ambiental sobre o Parque nos assentamentos rurais do seu entorno, como havíamos feito anteriormente com comunidades rurais no Parque Estadual das Araucárias. Porém, como o plano de manejo estava prestes a iniciar, por iniciativa de uma ONG, as propostas iniciais desta pesquisa foram sendo direcionadas para contribuir na implementação do Parque.

O projeto apresentado para a coordenadoria do curso para elaboração desta monografia foi intitulado “Diagnóstico Socioambiental do Assentamento Zumbi dos Palmares, Passos Maia - SC: Subsídios para Elaboração do Plano de Manejo e para a Gestão Participativa do Parque Nacional das Araucárias”. Uma proposta muito ousada visto que são muitos Assentamentos e os trabalhos de campos seriam realizados de forma quase individual.

O foco da pesquisa era gerar subsídios diretos para contribuir na implementação do Parque Nacional das Araucárias. Porém, a inserção no projeto de elaboração do plano de manejo não foi possível, apesar das inúmeras tentativas junto a ONG responsável pelos trabalhos. Desta maneira, parecia inútil gerar informações sobre o Assentamento sendo que

os resultados não iriam contribuir no envolvimento dos assentados nas atividades relacionadas ao Parque.

A partir deste dilema, o foco da pesquisa mudou seu caráter de diagnóstico para refletir questões mais gerais sobre Unidades de Conservação e Reforma Agrária, tendo o Parque Nacional das Araucárias e o Zumbi dos Palmares apenas como estudos de caso. Posteriormente, foi possível participar de algumas atividades do projeto de elaboração do plano de manejo e de formação do conselho gestor do Parque Nacional das Araucárias (por meio de outro projeto), mas já não havia como alterar os rumos da pesquisa.

As implicações práticas da pesquisa acabaram se direcionando mais aos Assentamentos, onde havia uma receptividade grande, e não ao Parque, onde todos os esforços eram ignorados. Conforme as portas se abriam ou se fechavam, muitas contradições se explicitaram e cheguei a conclusão de que nada deu errado durante todo o processo. Os impedimentos encontrados no caminho e as escolhas que tive que tomar permitiram-me ter uma visão crítica de tudo que vivenciei e pesquisei neste período.

Uma atividade importantíssima na execução dessa pesquisa foi a participação no projeto sobre Saúde e Autogestão (UnB/MST). A contribuição nas entrevistas desse projeto permitiu a inserção no Zumbi dos Palmares e o contato com as lideranças locais, que depois facilitaram muito a realização desta pesquisa. Por outro lado, a pesquisa voltou a ganhar um caráter mais prático e os resultados puderam se aplicados diretamente em iniciativas em andamento no Assentamento.

Neste momento, tive que elaborar esta monografia, por exigências acadêmicas do curso, mas o trabalho continua e as reflexões mais ainda. Certamente esse documento possui falhas que não puderam ser supridas a tempo, mas que em artigos posteriores serão tratadas com maior rigorosidade. Contudo, também possui muitas informações sobre o Parque Nacional das Araucárias e o Assentamento Zumbi dos Palmares, bem como reflexões pertinentes para trabalhos futuros.

I – PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

1.1. CONSERVAÇÃO E USO DE RECURSOS NATURAIS

A problemática sobre as relações “homem-natureza” gera muitas discussões, inclusive sobre os usos desses dois termos. A questão do uso e apropriação dos recursos naturais é um caso emblemático, pois refere-se a uma necessidade direta do ser humano e ao mesmo tempo a uma construção social. Por outro lado, a delimitação de áreas destinadas à conservação da biodiversidade tem se mostrado cada vez mais necessária e também envolve questões sociais.

Esta monografia trata de dois tipos de gestão de recursos naturais de propriedade pública, ou seja territórios instituídos pelo Poder Público. Um deles são as Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral, criadas com o foco principal na conservação da biodiversidade. O outro território público são Projetos de Assentamentos (PAs) de Reforma Agrária, que destinam-se ao uso direto dos recursos naturais por populações humanas.

Entretanto, por mais que UCs de proteção integral sejam criadas para conservar a natureza com o mínimo de interferência humana sobre os processos ecológicos, precisam envolver a sociedade civil em sua gestão. Já os PAs são criados com o foco principal de uso de recursos naturais, mas também precisam se adequar às exigências legais relacionadas ao meio ambiente.

Em alguns locais do Brasil existe esses dois tipos de territórios, UCs e PAs, muito próximos ou sobrepostos. Quando isso ocorre é inevitável que um tenha influência sobre o outro e é desejável uma compatibilização entre os objetivos de ambos. Por serem dois territórios de propriedade pública, geridos por órgãos governamentais diferentes, o processo de gestão neste caso exige um diálogo entre as diferentes políticas públicas.

Nesta seção inicial da monografia buscar-se-á caracterizar brevemente esses dois tipos de territórios públicos, com ênfase na gestão dos recursos naturais. Na medida do possível, será também abordada a influência dos grupos sociais geralmente envolvidos na criação, planejamento e/ou gestão destes territórios. Além disso, serão comentadas as possíveis interfaces entre PAs e UCs que este estudo de caso pretende verificar na prática.

1.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade, adotada em nível mundial e cada vez com maior destaque, tem sido a implementação de Áreas Naturais Protegidas. O Brasil, para suprir parte desta demanda, adotou uma estratégia baseada em UCs, porém esta política tem enfrentado algumas limitações e muitas vezes tem demonstrado não ser a via mais efetiva de proteção da biodiversidade (MOURA & HANAZAKI, 2006a).

Unidade de Conservação, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), é um “*espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção*” (BRASIL, 2000). O SNUC divide-as em dois grupos: de proteção integral e de uso sustentável. As UCs de proteção integral admitem apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, enquanto as de uso sustentável almejam compatibilizar a conservação da natureza com o manejo humano sustentável dos seus recursos.

Toda UC necessita de um Plano de Manejo (PM) que deve conter informações sobre a área e orientações sobre o adequado desenvolvimento de atividades, que darão as diretrizes necessárias para alcançar seus objetivos. O PM “*deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento¹ e os corredores ecológicos², incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas*” (BRASIL, 2000).

As UCs também necessitam de um Conselho Gestor (CG) que envolva os demais entes públicos e organizações da sociedade civil relacionados com a UC ou seu entorno.

¹ Zona de amortecimento é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000, art. 1^o).

² Corredores Ecológicos são “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitem entre elas a fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais” (BRASIL, 2000, art. 1^o).

“As categorias de unidade de conservação poderão ter, conforme a Lei nº 9.985, de 2000, conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados (BRASIL, 2002). Os CGs são instrumentos voltados para implementar a gestão participativa nas UCs brasileiras.

A responsabilidade pela gestão das UCs federais foi historicamente atribuída ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). A partir de 28 de agosto de 2007, através da lei 11.516 (BRASIL, 2007), foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A partir de então este último órgão assumiu a responsabilidade da gestão das UCs criadas pela União.

A elaboração dos PMs de UCs de proteção integral geralmente seguem o Roteiro Metodológico do IBAMA, voltado para as categorias de Parque Nacional (PARNA), Reserva Biológica e Estação Ecológica (ESEC). Esse roteiro serve de referencial para o planejamento e gerenciamento dessas categorias de UCs (IBAMA, 2002). Esse arcabouço metodológico, porém, carece de diretrizes que envolvam os conhecimentos locais associados à conservação da biodiversidade, e que permitam compreender a dinâmica de uso dos recursos, visando compatibilizar essas atividades com a proteção das UCs.

Durante muito tempo as UCs no Brasil foram criadas sem levar em conta sua viabilidade futura, havendo pouco comprometimento público na manutenção das mesmas. Até agora, na maioria dos casos, as populações locais atingidas por projetos de criação de UCs não são envolvidas efetivamente nos processos decisórios, apenas informadas da sua categoria e de seus objetivos. Pacotes conservacionistas são impostos de forma unilateral, partindo dos órgãos governamentais para a comunidade, sem considerar a situação dos grupos sociais envolvidos com o ambiente.

Desta maneira, muitas UCs não têm alcançado efetivamente seus objetivos e evidenciado resultados pouco eficazes na conservação da biodiversidade. Como consequência da aplicação desse modelo de UCs, os objetivos de conservação não são cumpridos e as populações locais são criminalizadas e, simultaneamente, impedidas de explorar os recursos naturais de forma sustentável e garantir sua reprodução sociocultural (ARRUDA, 2000).

A conservação nunca esteve garantida apenas pela criação de UCs. Esta medida tem sido necessária sim, mas ainda é pouco efetiva no que tange à construção de um novo padrão de interações da sociedade com os ecossistemas a serem protegidos. As limitações parecem estar relacionadas principalmente à forma unilateral pela qual essa estratégia vem sendo aplicada, ignorando as complexas relações dos seres humanos com a natureza. PIMBERT & PRETTY (2000) argumentam que até mesmo os custos do manejo de parques são muito altos quando as comunidades locais não são envolvidas na proteção ambiental.

No interior das UCs, na zona de amortecimento e nos corredores ecológicos podem ser criadas normas que restringem o uso dos recursos naturais e isso pode gerar muitos conflitos socioambientais. A exclusão das comunidades locais destes processos decisórios é contra o interesse de todos e o desafio é encontrar modalidades de envolvimento dessas comunidades no manejo dos recursos naturais (COLCHESTER, 2000). Uma grande ênfase deve ser dada à revitalização de comunidades humanas que vivem em ecossistemas ameaçados com vistas a conciliar suas necessidades de sobrevivência e suas aspirações com a proteção dessas áreas.

1.3. PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

O termo Reforma Agrária geralmente é usado referindo-se a uma intervenção estatal com a finalidade de reorganizar o espaço rural, que inclui tanto a redistribuição da terra quanto a garantia de melhores condições de vida para as famílias assentadas. *“O termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico, no contexto da Reforma Agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países, entre eles, o Brasil. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”* (BERGAMASCO & NORDER, 1996 apud INCRA, 2006).

No Brasil, o processo de Reforma Agrária é de atribuição exclusiva da União, apesar de algumas partes do processo serem repassadas para outros entes federativos (estados e municípios). *“Compete a União desapropriar por interesse social, para fins de*

reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei”. (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal brasileira 1988 define os requisitos necessários para que uma propriedade cumpra sua função social, no artigo 186:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988)

Na verdade, “o próprio Estatuto da Terra, proposto em 1964, paradoxalmente no início da ditadura militar, elencava a importância do cuidado com as políticas de socialização da terra e de proteção ao meio-ambiente” (LAVRATTI, 2006). Isso pode ser visto no art. 2º da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;

b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;

c) assegura a conservação dos recursos naturais;

d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. (BRASIL, 1964):

A forma pela qual é feita a Reforma Agrária pode variar muito. Entre outras estratégias, o Brasil adotou uma política baseada em Projetos de Assentamento. A

administração do PAs é de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Quando um PA é criado a terra passa a ser propriedade pública e os assentados recebem apenas uma concessão de uso de parte do PA, geralmente chamado de *lote*. Ou seja, a propriedade continua sendo pública, impedindo assim o beneficiário da Reforma Agrária de vender seu lote a terceiros. Como o assentado não possui o título da terra e tem direito a um único lote, sendo permitida apenas a *permuta* de lotes entre dois assentados, não é possível ocorrer uma concentração de terra.

Na prática os PAs têm se demonstrado dinamizadores das regiões onde estão inseridos, principalmente na economia local. Estudos realizados sobre o impacto econômico das unidades de produção criadas pelos PAs “*mostram que, mesmo com todos os problemas e dificuldades dos trabalhadores rurais que ali se encontram, a alternativa dos assentamentos como opção ao desenvolvimento local, é viável*” (REYDON; ESCOBAR & BERTO, 1999).

Os impactos, porém, não são apenas positivos. Em relação à questão ambiental, por exemplo, muitos PAs têm causado danos ambientais que estão recebendo maior atenção da legislação ambiental nos últimos anos. Desde 2001, com a Resolução 289 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), os PAs só podem ser implantados diante de um processo de Licenciamento Ambiental.

Os PAs criados antes de 2001 também precisam se adequar a estas exigências do Licenciamento Ambiental. Para regularizar esta situação foi celebrado um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre Ministério Público Federal, MDA, MMA, IBAMA e INCRA em 2003. Este acordo judicial obrigou o INCRA a buscar a concessão das Licenças Ambientais de Operação (LAOs) destes PAs junto aos órgãos estaduais de meio ambiente.

Outro diferencial de muitos PAs no Brasil é a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST é um dos maiores e mais duradouros movimentos sociais do Brasil e tem como pauta principal impulsionar a Reforma Agrária no país. Sua estratégia principal são os acampamentos, onde famílias de Sem Terras permanecem meses ou anos até serem assentadas. Além de lutar pela terra e outros benefícios previstos pela Reforma Agrária, o MST tem criado uma identidade coletiva. Um exemplo disso é o próprio uso do termo “*Sem Terra*” (com as iniciais maiúsculas) para

reforçar a identidade de um militante do MST e diferenciar as simples condição de ser desprovido de terra (sem-terra).

A crescente internalização da questão ambiental nas diretrizes do MST demonstra que este movimento social pode contribuir com as medidas de adequação ambiental dos PAs em que estão inseridos. A carta do 5º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, mostra alguns pontos neste sentido:

“[...]

5. Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e o monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.

[...]

9. Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.

10. Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.

11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.

12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.

13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades

rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.

[...]” (MST, 2007).

1.4. INTERFACES ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROJETOS DE ASSENTAMENTO

Além da similaridade de UCs e PAs por serem dois tipos de territórios de gestão pública, estes também passam por processos de criação muito similares. Ambos exigem estudos prévios sobre os atributos naturais e sociais da área visada que, se for considerada de interesse público, será desapropriada para fins de Reforma Agrária ou criação de UCs. Ou seja, retira-se do domínio privado áreas de interesse social ou ambiental e submetem-nas a um processo de gestão pública.

Excetuam-se neste caso as UCs que permitem a propriedade privada, como por exemplo as Áreas de Proteção Ambiental (APAs). As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) são criadas justamente pela iniciativa dos proprietários e não dependem diretamente da gestão pública. Algumas formas de reforma agrária no Brasil também são realizadas em terras privadas, diferentemente dos PAs que são territórios públicos de gestão pública.

A Reforma Agrária no Brasil teve influência histórica de movimentos sociais camponeses, em especial o MST nos últimos 25 anos. Do mesmo modo, a política ambiental também teve influência dos movimentos ambientalistas, hoje na sua maioria na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs³). Portanto, além dos órgãos governamentais responsáveis institucionalmente pelas UCs e PAs, também se deve considerar os interesses dos diferentes grupos sociais envolvidos com estes territórios.

Neste cenário, o diálogo entre o ICMBio e o INCRA, bem como as ONGs ambientalistas e o MST quando estão presentes, são essenciais para o êxito no processo de implementação de UCs e PAs. Segundo BEDUSCHI FILHO (2002), o estabelecimento de um diálogo com as lideranças do MST, em regiões onde existem UCs e atuação deste

³ Entende-se por ONG nesta monografia as organizações do espaço público não estatal que não possuem objetivos mercantis. Ou seja, são as Organizações da Sociedade Civil de direito privado sem fins lucrativos.

movimento social, mostrou-se de fundamental importância para o sucesso dos esforços de conservação.

1.5. ETNOECOLOGIA

O uso da etnoecologia como ferramenta para compreender a dinâmica local de populações humanas no entorno e/ou interior de UCs tem fornecido evidências importantes sobre essas relações. As diferentes linhas de pesquisa das etnociências têm contribuído muito para compreender o papel de populações humanas nas práticas de manutenção da biodiversidade. A etnoecologia parte da lingüística para estudar o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais (DIEGUES, 2000), incorporando influências de várias disciplinas, tanto das ciências naturais como das ciências sociais.

O enfoque etnoecológico é aplicado principalmente a populações ditas tradicionais, devido suas peculiaridades, como seus traços culturais específicos, sua identidade pública, instituições sociais e políticas próprias, cooperação social, sistemas de produção voltados principalmente à subsistência, dentre outros. *“Populações tradicionais é como têm sido chamados aqueles povos ou grupos que, vivendo em áreas periféricas à nossa sociedade, em situação de relativo isolamento face ao mundo ocidental, capitalista, construíram formas de se relacionar entre si e com os seres e coisas da natureza muito diferentes das formas vivente na nossa sociedade”* (RICARDO & CAMPANILI, 2007).

No conceito de MARQUES (2001), a etnoecologia não está restrita a populações enquadradas na categoria “tradicional” pois pode servir de instrumento para o estudo das interações de qualquer população humana com o seu ambiente. A *“etnoecologia é o campo de pesquisa (científica) transdisciplinar que estuda os pensamentos (conhecimentos e crenças), sentimentos e comportamentos que intermediam as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que as incluem, bem como os impactos ambientais daí decorrentes”* (MARQUES, 2001).

Outros autores também alertam para que os estudos no sentido de compreender as contribuições de populações humanas na conservação da biodiversidade não se limitam apenas as populações tradicionais. *“Se por um lado a literatura relacionada ao manejo de recursos naturais é rica em análises sobre as formas como comunidades consideradas tradicionais utilizam esses recursos, por outro lado não incorpora de forma significativa*

outros atores sociais que também podem desempenhar um papel fundamental na conservação ou destruição destes ecossistemas” (CUNHA, 1993 apud BEDUSCHI FILHO, 2002)

Os PAs de Reforma Agrária ligados ao MST possuem peculiaridades equivalentes às ditas “populações tradicionais”, porém não são reconhecidos como tal talvez por terem uma relação mais recente com o território. Contudo os Sem Terras desenvolvem uma identidade própria, tomadas de decisão coletiva, forte ligação com a terra, características que remetem àquelas observadas nas comunidades tradicionais.

Apesar de não serem enquadrados na categoria de “populações tradicionais” das políticas públicas vigentes, o modo de vida e organização social dos Sem Terras permite uma análise a partir do enfoque etnoecológico. Logo, seus conhecimentos a respeito da biodiversidade local e suas práticas de uso dos recursos naturais podem ser estudados com a finalidade de envolvê-los nos esforços de proteção do ecossistema local.

Pretende-se nesta pesquisa ir além da linguagem de denúncia da vitimação das populações atingidas por UCs, mas sim inovar nos métodos de coleta de dados e nas proposições de alternativas. As propostas serão no sentido de conciliar as necessidades de sobrevivência de assentados da Reforma Agrária com os esforços de conservação de uma UC de proteção integral no município de Passos Maia, SC. Além disso, se usará este estudo de caso para refletir possíveis interfaces entre a política de Unidades de Conservação e de Reforma Agrária.

II – CONTEXTO DA PESQUISA

2.1. PASSOS MAIA

O município de Passos Maia está inserido no Alto Vale do Irani, na bacia hidrográfica do Rio Chapecó, região oeste de SC. Possui uma área de 614 Km² e uma população de aproximadamente 4.472 habitantes (IBGE, 2008). O município limita-se ao Norte com Palmas/PR, ao Sul com Ponte Serrada, ao Leste com Água Doce e ao Oeste com Vargeão e Abelardo Luz. Está localizado a uma altitude de 800 metros acima do nível do mar, na latitude de 26°46' Sul e na longitude de 52°03' Oeste (INCRA/COOPTRASC, 2005).

Segundo SOUZA & CUNHA (2004), a comunidade de Passos Maia surgiu em 1932, resultado do processo migratório de colonizadores oriundos do estado do Rio Grande do Sul e Paraná. A primeira denominação da comunidade foi Bebedouro, nome relacionado ao lajeado que servia de bebedouro aos animais e de pousada para os tropeiros (VITERITTE & PEDRO, 2004). Somente na década de 1990 Passos Maia foi emancipado, desmembrado do município de Ponte Serrada, através da Lei nº 8.480 de 12 de dezembro de 1991 (SANTA CATARINA, 1991).

A baixa densidade demográfica e a existência de grandes áreas não utilizadas até a década de 1990 atraíram muitas pessoas para Passos Maia. Sem Terras ligados ao MST acamparam diversas vezes em áreas que não estavam cumprindo sua função social para reivindicar a desapropriação destas para fins de Reforma Agrária. Em 1988, foram assentadas as primeiras famílias no município, no atual PAs Sapateiro I (INCRA/COOPTRASC, 2005). Posteriormente, outros PAs foram criados, sempre por iniciativa e forte pressão política do MST.

Atualmente existem 14 PAs de Reforma Agrária em Passos Maia, totalizando aproximadamente 380 famílias assentadas (INCRA, 2007). O maior de todos, em extensão e número de famílias, é o PA Zumbi dos Palmares. Além de presentes em grande número, os Sem Terras costumam ser muito atuantes politicamente. Um exemplo disso é o fato de o atual vice-prefeito (em exercício e reeleito) ser assentado em um dos PAs do município.

Passos Maia está situado em uma região de transição entre o ecossistema Floresta Ombrófila Mista (FOM) e os Campos Nativos. Algumas áreas em melhor estado de conservação do seu ecossistema original atraíram estudos para proteção da biodiversidade.

Porém, somente em 2005 foi criada uma UC de proteção integral em território do município, o Parque Nacional das Araucárias.

Nesta seção da monografia serão contextualizados o histórico e a situação atual do PARNA das Araucárias e do Zumbi dos Palmares. Estes dois territórios públicos (UC e PA) presentes em Passos Maia serviram de estudo de caso para refletir as interfaces entre a política de Reforma Agrária e de UCs que esta pesquisa se propõem.

2.2. PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS

O PARNA das Araucárias foi criado em 19 de outubro de 2005 e possui uma área de 12.841 hectares situados nos municípios de Passos Maia e Ponte Serrada. Por ser uma UC federal, quando criado o PARNA das Araucárias ficou sob responsabilidade do IBAMA. A partir de 2007, o ICMBio assumiu a gestão e atualmente possui um analista ambiental alocado na regional de Chapecó responsável pelo Parque.

O PARNA das Araucárias possui um dos maiores e mais bem conservados remanescentes de FOM em SC, localizado mais especificamente na divisa de Passos Maia e Ponte Serrada. Segundo MEDEIROS, SAVI & BRITO (2005), *“além da sua maior extensão e superior qualidade estrutural, esse fragmento apresenta maior potencial para a associação de outras estratégias de conservação, notadamente na perspectiva de criação de corredores ecológicos”*. Esta área já tinha sido indicada para criação de UC por SALVADOR & DA-RÉ (2002) e por MEDEIROS (2002) em virtude da sua expressividade ecológica.

2.2.1. Histórico de Criação

Na tentativa de proteger alguns dos últimos remanescentes da FOM, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) promoveu uma série de estudos nas áreas remanescentes deste ecossistema nos estados de Santa Catarina e Paraná. Em 2002, o MMA editou as portarias nº 507 e 508, estabelecendo áreas prioritárias para criação de UCs na FOM. As portarias sofreram alterações com a edição das Portarias do MMA, nº 176 e 178, dando-se início aos

trabalhos efetivos nas áreas estabelecidas. A Força-Tarefa das Araucárias foi constituída com a participação de técnicos do MMA, IBAMA, IAP, FATMA, UFSC e Entidades Ambientistas (MEDEIROS, SAVI & BRITO, 2005).

Nas áreas consideradas prioritárias para conservação da Floresta com Araucárias foram propostas oito UCs, cinco no Paraná e três em SC. Neste estado as UCs propostas foram o PARNA das Araucárias, a Estação Ecológica da Mata Preta e a Área de Proteção Ambiental das Araucárias. Os trabalhos para a criação destas UCs foram realizados com metodologias refinadas relacionadas à biologia das espécies e à análise da paisagem, porém não garantiram a participação efetiva da sociedade civil nos processos decisórios de criação das UCs.

A forma pela qual a equipe técnica conduziu os estudos, deixando a opinião pública apenas para os momentos de consulta pública formal, criou um quadro de incertezas acerca dos objetivos das UCs. Polêmicas e boatos a respeito destas propostas de UCs se espalharam, principalmente pelos setores madeireiros e políticos da região, anteriormente à realização das consultas públicas (RMA, 2006). As contra-informações a respeito dos objetivos, limites e categorias das UCs disseminaram-se entre a população local e geraram uma grande aversão à criação das UCs.

As consultas públicas foram obstruídas, por uma articulação entre os setores contrários as UCs propostas, e tiveram de ser adiadas por questões de segurança. As novas consultas foram remarcadas e só puderam ser realizadas com um reforçado esquema de segurança, com policiais militares e agentes federais (Figura 1). As consultas tiveram caráter apenas informativo, permitindo aos interessados sanar dúvidas relativas à categoria de manejo, localização, dimensão e limites das áreas (MEDEIROS, 2007).



Figura 1: Fotos da consulta pública realizada em Passos Maia para criação do PARNA das Araucárias.

Fonte: Wigold B. Schäffer

Devido a todos estes problemas, foi descartada temporariamente a proposta da APA das Araucárias, sugerindo que fosse retomada somente após o aprofundamento dos estudos, principalmente no nível sócio-econômico. Já as propostas de UCs de proteção integral (PARNA e ESEC) continuaram sendo duramente combatidas por alguns proprietários de áreas e outros interesses políticos e econômicos aliados. Alguns proprietários propuseram a criação de RPPNs para substituir a proposta de PARNA e a ESEC (MEDEIROS, 2007), proposta completamente descartada pelo MMA.

O governo de SC propôs a substituição das UCs de proteção integral por incentivos fiscais voltados para a preservação das matas na região de Passos Maia, Ponte Serrada e Abelardo Luz. O MMA concluiu neste caso que ambas propostas poderiam ser desenvolvidas, sem conflitos entre elas (ESTADÃO, 2005). O governo de SC ingressou também com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3646), contestando não apenas estas UCs mas também todo o SNUC.

Por outro lado, vários outros grupos sociais fizeram campanhas a favor da criação das UCs na FOM, com destaque para as ONGs ambientalistas como a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (APREMAVI), a The Nature Conservancy do Brasil (TNC), a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), entre outras. Estas ONGs utilizaram estratégias como abaixo-assinados

e cartões postais endereçados à Presidência da República para pressionar o Poder Público com vistas a criar as UCs propostas.

Após diversas negociações em instâncias políticas e jurídicas, em outubro de 2005 foram assinados os decretos de criação (sem número) do PARNA das Araucárias e da ESEC da Mata Preta. O decreto de criação definiu o limite da zona de amortecimento como apenas os primeiros quinhentos metros do seu perímetro (BRASIL, 2005) provavelmente para amenizar os conflitos gerados pelas possíveis conseqüências destas UCs.

2.2.2. Projetos Atuais

Atualmente o PM do PARNA das Araucárias está sendo elaborado, bem como a formação do CG, de caráter consultivo como prevê o SNUC. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos simultaneamente na ESEC da Mata Preta pois as UCs foram criadas no mesmo processo. O projeto está sendo financiado pelo Subprograma Projetos Demonstrativos da Mata Atlântica (PDA Mata Atlântica), sustentado por recursos advindos de cooperações internacionais e administrado pelo MMA.

A iniciativa foi de uma ONG ambientalista, a APREMAVI, que no ano de 2006 submeteu o projeto ao edital do PDA Mata Atlântica. Em março de 2008 esta ONG mudou o nome para Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida, permanecendo contudo a mesma sigla. O projeto também possui alguns parceiros como a Associação Catarinense de Preservação da Natureza (ACAPRENA), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) – Campus de Xanxerê, o Grupo Condor, além de algumas prefeituras e câmaras de vereadores dos municípios onde estão inseridas as UCs do projeto.

O projeto foi aprovado no início de 2007, mas as atividades tiveram início somente em julho desse mesmo ano. A APREMAVI conta com uma equipe técnica responsável pela elaboração dos diagnósticos e pelas articulações com as instituições locais, além de estagiários e parceiros do projeto. Atualmente já foi realizado parte do diagnóstico socioambiental no entorno do PARNA e a primeira etapa do levantamento biótico. O conselho consultivo também está em processo de formação e o edital para cadastramento das entidades interessadas em participar foi lançado em outubro de 2008.

Além do projeto de elaboração do PM e de formação do CG, o PARNA das Araucárias está inserido em outras iniciativas de conservação. Um exemplo é projeto “Planejamento e Implementação do Corredor Ecológico da Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó”. Esta iniciativa foi da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) e está sendo executada pela empresa Socioambiental Consultores Associados (FATMA, 2007). Os recursos para a realização deste projeto são oriundos de uma cooperação internacional entre o governo do estado de SC e o Banco Mundial.

Outro projeto é o “Capacitação em Gestão Participativa de Unidades de Conservação nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul”, coordenado pela ONG Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais (MATER NATURA) e também financiado pelo PDA Mata Atlântica. O IBAMA e o ICMBio são parceiros do projeto, além do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação (Rede PROUC), a Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN) e a Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REASUL).

O projeto busca implementar processos de gestão participativa em 48 UCs (federais, estaduais e municipais) nesses quatro estados. Uma das atividades é a realização de cursos regionais, divididos em cinco territórios de acordo com as proximidades e relações já estabelecidas entre estas UCs. O PARNA das Araucárias está inserido no “Território do Centro Sul do PR e Norte de SC” que inclui 13 UCs: FLONA de Caçador, FLONA de Três Barras, FLONA de Ibirama, ESEC da Mata Preta, PARNA das Araucárias, APA Estadual da Escarpa Devoniana, APA Estadual da Serra da Esperança, PARES do Monge, PARES de Vila Velha, PARES do Cerrado, PARES do Guartelá, RVS de Palmas e APA Municipal de Palmas.

Um outro projeto mais abrangente, mas que também envolve a área do PARNA das Araucárias é o “Plano Estratégico para a Conservação e Uso Sustentável da Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária)”. Este projeto foi proposto por um consórcio de ONGs ambientalistas ao Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (PICUS) do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). O objetivo era implementar o PICUS na Floresta com Araucárias, porém até o momento foi realizado apenas o diagnóstico inicial e as atividades não tiveram continuidade. Este projeto estava sendo coordenado pela TNC e tinha como parceiros a APREMAVI, a SPVS, a Associação Paranaense de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (APPR), o

Instituto Agro-florestal Bernardo Hakvoort (IAF) e o Instituto Os Guardiões da Natureza (ING).

2.3. ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

O Zumbi dos Palmares é o maior PA de Passos Maia, com 1.745,30 hectares (INCRA, 2006) e está localizado a cerca de 21km da sede de Passos Maia. Possui aproximadamente 100 famílias, num total de 254 pessoas residentes (INCRA/COOPTRASC, 2007). Isso corresponde a 5,68% da população de Passos Maia, um percentual relativamente grande em apenas um Assentamento.

A maior parte da área do Zumbi dos Palmares pertence à bacia do rio Chapecozinho, afluente direto da margem esquerda do rio Chapecó. A região do PA é dominada pela unidade geomorfológica Planalto dos Campos Gerais e, com menor proporção, pelo Planalto Dissecado rio Iguaçu/rio Uruguai (INCRA, 2006).



Figura 2: Entrada principal para o Zumbi dos Palmares e outros PAs vizinhos.

Com apenas 12 anos, o Zumbi possui várias infra-estruturas construídas, como centro comunitário e uma escola de ensino fundamental. Além disso a forte presença do MST desde a criação do PA até os dias atuais, gerou uma característica organizacional aparentemente bem sucedida, os Núcleos de Base (NBs). Os NBs fazem parte da organicidade do MST e tem por finalidade mobilizar e conscientizar os Sem Terras para participarem coletivamente da tomada de decisões. Outra forma de organização do MST a nível regional são as “Brigadas”, que reúnem lideranças de vários PAs e acampamentos próximos. O Zumbi dos Palmares, bem como os demais acampamentos e PAs de Passos Maia fazem parte da Brigada Maria Rosa.

2.3.1. Histórico de Criação

O Zumbi dos Palmares, assim como outros PAs vizinhos, foi resultado de uma grande ocupação do MST em Passos Maia em 20 de novembro de 1995, com cerca de 800 famílias, numa Fazenda conhecida como Ameixeira. A data da ocupação foi justamente para lembrar os 300 anos da morte do líder quilombola “Zumbi dos Palmares”, símbolo de luta e resistência para o MST.

O proprietário da fazenda conseguiu a reintegração de posse da Fazenda Ameixeira e então os Sem Terras foram obrigados a se mudar para outra área, a Fazenda Santo Antônio. O decreto de desapropriação da Fazenda Santo Antônio foi promulgado em 27 de dezembro de 1996, mas a criação dos PAs data de 14 de março de 1997 (INCRA, 2006). Porém, a área foi relativamente pequena para o número de famílias acampadas, então surgiram novos acampamentos em Passos Maia dentre os quais foram criados os PAs 20 de Novembro, 29 de Junho e Conquista dos Palmares. Outras famílias estabeleceram acampamentos em outros municípios, como Lebon Régis, Caçador e Campos Novos, sendo também assentadas posteriormente.

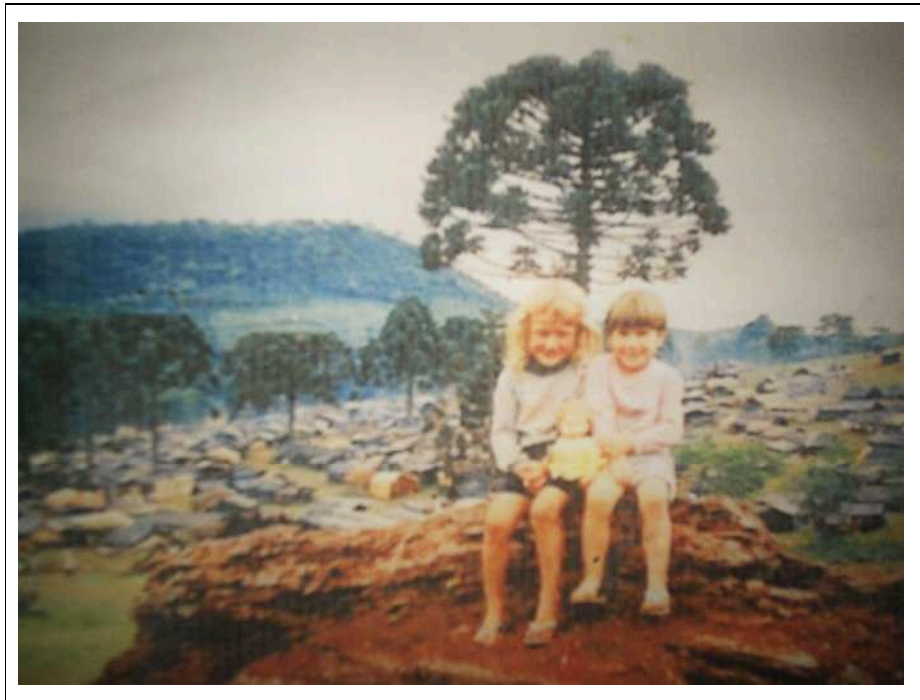


Figura 3: Foto do acampamento da Ameixeira em 1995.

Fonte: Brigada Maria Rosa - MST

Desde que o processo de desapropriação da Fazenda Santo Antônio foi iniciado para criação do PA Zumbi dos Palmares, houve grandes mudanças na paisagem. As áreas com vegetação nativa diminuíram ano após ano pela exploração sem recomposição das áreas desmatadas. Atualmente, o Zumbi dos Palmares apresenta diversos usos produtivos do solo entremeados por faixas de florestas secundárias em estágios inicial, médio e avançado de sucessão (INCRA, 2006).

Desde o ano de 1997, os recém-assentados começaram a lutar por uma escola no Zumbi dos Palmares. Assim, em 1998, foi elaborado o primeiro projeto para a construção de uma escola na região, obra que só foi liberada no final do ano de 2002. Atualmente a Escola Nossa Senhora Aparecida oferece Ensino Fundamental (com possibilidade de Ensino Médio para 2009) para estudantes de vários PAs vizinhos e demais comunidades rurais do município.

2.3.2. Projetos Atuais

O INCRA possui forte atuação nos PAs de Reforma Agrária do município, apesar do número reduzido de técnicos. Os assentados recebem Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) para os por meio de um convênio do INCRA com a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária em Santa Catarina (COOPTRASC).

No ano de 2008 o INCRA realizou um projeto piloto de Educação Ambiental e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) nos 14 PAs de Passos Maia. O projeto consiste em oficinas sobre temas diversos relacionados à questão ambiental, e plantios de mudas para recuperar os 10 primeiros metros das APPs. A empresa ENCATTO Projeto Ambientais foi licitada para execução dessas atividades.

A COOPTRASC tem promovido algumas mudanças na dinâmica produtiva dos PAs em Passos Maia, com destaque para o leite, mel, mandioca e peixes. Outra participação da COOPTRASC é em um estudo de viabilidade socioeconômica para produção de biocombustíveis na região oeste de Santa Catarina, como alternativa de renda para assentados e pequenos agricultores de 77 municípios.

O projeto de biocombustíveis foi uma iniciativa dos movimentos camponeses ligados a Via Campesina em SC, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e o próprio MST. O projeto está sendo viabilizado por meio de um convênio entre a Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses (AEPAC) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL).

A forte atuação do MST provoca grandes mobilizações dos Sem Terras para ações coletivas, e isso muitas vezes se reverte em conquistas para o município como um todo. Por iniciativa do MST existem diversos outros projetos em andamento nos PAs de Passos Maia. Por exemplo, algumas famílias assentadas produzem sementes crioulas com técnicas agroecológicas para comercialização na cooperativa BioNATUR, vinculada ao MST.

Um projeto conquistado pelas lutas do MST é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), coordenado a nível regional pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O PRONERA trabalha com alfabetização de jovens e adultos e contribui na manutenção da Escola 25 de Maio, no município de Fraiburgo. Esta escola proporciona ensino técnico com ênfase em agroecologia para jovens de PAs de todo o estado de SC.

Outro destaque é um projeto de iniciativa do Coletivo Nacional de Saúde do MST e coordenado pela Universidade de Brasília (UnB). Este projeto procura identificar os principais problemas de saúde entre os assentados, bem como suas causas, e gerar subsídios para elaboração de políticas públicas voltadas à saúde do campo. Está sendo financiado pelo Ministério da Saúde (MS) e implementado em diferentes estados do Brasil, sendo que na região sul do país foi escolhido o PA Zumbi dos Palmares.

Outro projeto nessa mesma linha temática é o “Curso de Especialização Técnica em Saúde Ambiental para a População do Campo” coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com o MST. Duas pessoas de Passos Maia participam atualmente desde curso, uma delas inclusive é assentada no Zumbi dos Palmares.

Na escola localizada no Zumbi dos Palmares está sendo implantado um viveiro para produção de mudas nativas. O projeto recebe financiamento da Fundação Banco do Brasil (FBB) e foi uma iniciativa da COOPTRASC, da Prefeitura Municipal de Passos Maia e da Associação de Pais e Professores da Escola Nossa Senhora Aparecida. Além da produção e venda de mudas, o viveiro servirá também como instrumento pedagógico com os estudantes.

2.4. INTERFACES ENTRE O PARNA DAS ARAUCÁRIAS E O ZUMBI DOS PALMARES

O PA Zumbi dos Palmares faz limite direto com o PARNA das Araucárias, com uma grande extensão da divisa delimitada pelo rio Chapecozinho ou afluentes deste (Figura 4). O local do acampamento que deu origem ao Zumbi, a Fazenda Ameixeira, atualmente está inserido nos limites do PARNA das Araucárias. Portanto, além da presença desta UC trazer muitas novidades e incertezas para os assentados, também tem um significado importante para os Sem Terras da região por seu aspecto histórico de ocupação da área.

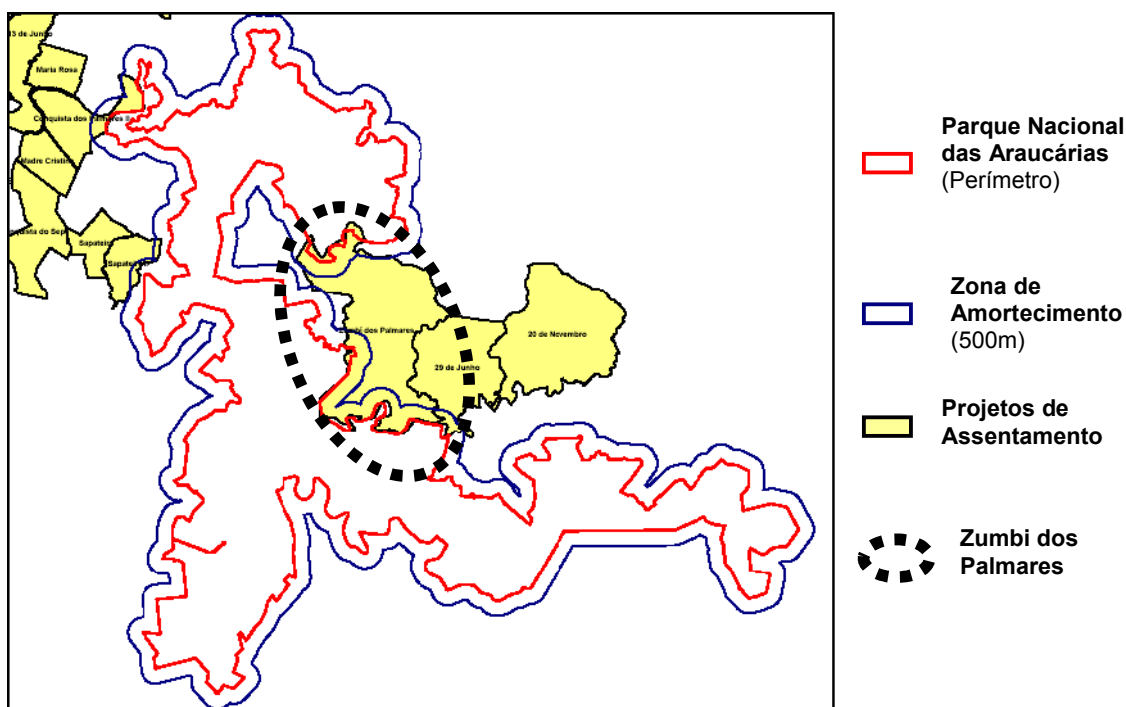


Figura 4: Mapa do PARNA das Araucárias, sua Zona de Amortecimento e os PAs no entorno, com destaque para o Zumbi dos Palmares.

Fonte: INCRA/SC (modificado)

Durante a definição dos limites do PARNA das Araucárias houve vários conflitos entre o INCRA/SC e o MMA, pois o limite do PARNA na proposta inicial incluía áreas dos PAs, inclusive parte de lotes e da Reserva Legal do Zumbi dos Palmares. Em virtude de esta UC ser de proteção integral, obrigatoriamente as famílias residentes nestes lotes teriam que sair, ou seja, serem realocadas. Depois de muitas negociações, as áreas que atingiam diretamente os PAs foram retiradas do limite, mas as divergências políticas entre os dois órgãos continuaram.

Um trecho do relatório do INCRA sobre os Assentamentos que seriam afetados pela criação das UCs (PARNA, ESEC e APA) mostra a posição do órgão em relação ao processo:

“Sendo uma Autarquia do Governo Federal, com vários Projetos de Assentamento implantados na região de influência para a criação das 03 UCFs [UCs Federais], muitos com 20 anos de consolidação, questiona-se as razões que levaram o Ministério do Meio Ambiente em

não convidá-lo [o INCRA] a compor o Grupo de Trabalho Araucárias do Sul, quando muitos dos possíveis problemas agora criados poderiam ter sido evitados ou até mesmo compensados com outras alternativas viáveis na consolidação das 03 UCFs, incorporando as famílias ali assentadas no processo de preservação daqueles importantes ecossistemas, sem ter que deslocar as possíveis famílias que ficaram no todo ou em parte no interior das Unidades de Conservação de uso restrito” (INCRA, 2005).

A proximidade entre o PARNA das Araucárias e o Zumbi dos Palmares e a heterogeneidade na riqueza de recursos naturais entre as duas áreas, pode gerar conflitos na relação de uso desses recursos. Tanto os assentados podem utilizar recursos do PARNA, quanto o PM pode definir restrições no uso dos recursos da zona de amortecimento que prejudiquem os assentados. Contudo, a atuação coletiva do MST no local destaca a potencialidade de envolvimento deste movimento social para diminuir tais conflitos. O forte potencial mobilizador dos assentados pode contribuir na implementação participativa do PARNA das Araucárias.

É importante reconhecer que tanto o PARNA das Araucárias quanto o Zumbi dos Palmares são territórios públicos federais criados para gestão de recursos naturais. O primeiro, com o objetivo principal de conservar a biodiversidade associada a FOM, sob responsabilidade do ICMBio. O segundo, bem como os demais PAs do município, com o objetivo de uso direto dos recursos naturais, geridos pelo INCRA. A partir dessa premissa deve-se pensar em identificar os conflitos e buscar soluções para os problemas através do diálogo entre as organizações envolvidas com esses dois territórios públicos.

II – OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo geral:

Compreender as interfaces entre Unidades de Conservação e Reforma Agrária a partir de um estudo de caso sobre as relações entre o Parque Nacional das Araucárias e o Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, localizados no município de Passos Maia – SC.

Objetivos específicos:

- 1) Descrever as formas de apropriação e uso dos recursos naturais na área do Zumbi dos Palmares incompatíveis com a conservação do Parque Nacional das Araucárias;
- 2) Identificar formas alternativas de produção protagonizadas pelos assentados que otimizam os recursos naturais e diminuem os impactos negativos sobre o Parque Nacional das Araucárias;
- 3) Identificar as organizações locais do Zumbi dos Palmares com potencial de promover o envolvimento comunitário na implementação do Parque Nacional das Araucárias;
- 4) Analisar o conhecimento dos moradores do entorno do Parque Nacional das Araucárias a respeito da existência, dos objetivos e das metas desta UC;
- 5) Analisar as afinidades e expectativas dos moradores do Zumbi dos Palmares em relação ao Parque Nacional das Araucárias;
- 6) Investigar os conflitos socioambientais existentes e potenciais na relação dos moradores do Zumbi dos Palmares com o Parque Nacional das Araucárias.

IV – METODOLOGIA

4.1. ENTREVISTAS

A primeira fase a campo da pesquisa consistiu na realização de entrevistas familiares no assentamento Zumbi dos Palmares, durante 15 dias no mês de fevereiro de 2008. Para se ter uma amostra de todo o assentamento foi selecionada uma família de cada NB, indicadas a partir de uma conversa inicial com os dois coordenadores do NB. Excluíram-se nesse caso, as famílias que já haviam sido entrevistadas anteriormente no Projeto de auto-gestão em Saúde (UnB/MST), devido à semelhança das perguntas e pelo intuito de pesquisar famílias diferentes.

Para guiar a entrevista familiar foi usado um roteiro de entrevistas com perguntas semi-estruturadas (Anexo), previamente testado e ajustado através de uma entrevista-piloto com uma família do Zumbi dos Palmares. As perguntas voltadas para a relação dos moradores do entorno com o PARNA tiveram influência de uma pesquisa realizada no entorno do Parque Estadual das Araucárias, no município de São Domingos (MOURA & HANAZAKI, 2006b). Já as perguntas sobre a caracterização dos lotes, as formas de produção e as relações sociais foram muito semelhantes ao roteiro do Projeto da Saúde.

Inicialmente a informação fornecida localmente foi que o Zumbi dos Palmares possuía 10 NBs, portanto o planejamento inicial foi realizar dez entrevistas, uma família por NB. Depois descobriu-se que havia um NB a mais, ou seja, na verdade são 11 NBs. Porém, como isso só foi constatado ao final das entrevistas, não houve tempo suficiente para visitar as famílias deste NB, nem ao menos conversar com os coordenadores deste.

Além das perguntas do roteiro, foi elaborado um mapa de uso da terra (*land-use*), durante a entrevista familiar. Essa ferramenta é útil para fornecer uma noção instantânea da situação local, inclusive quanto aos limites da propriedade, a posição dos recursos-chave, e características gerais da comunidade (BORRINI-FEYERABEND, 1997). Os mapas foram muito úteis durante as entrevistas e foram guardados para possíveis atividades futuras de avaliação e de monitoramento das mudanças no uso do solo nas propriedades.

Anteriormente à realização de cada entrevista foram apresentados os objetivos do estudo e solicitada a concordância da família na realização da pesquisa. Não houve nenhuma recusa e todas as famílias selecionadas sempre se demonstraram prontas a

participar. Quando a entrevista não podia ser realizada pela ausência da família, retornava-se ao lote em outros horários ou em outros dias até que a entrevista pudesse ser realizada.

Os materiais utilizados nas entrevistas foram apenas o roteiro com as perguntas e um caderno para registrar as respostas. Optou-se por esse material em virtude de experiências anteriores sobre o impacto de determinados objetos estranhos nas entrevistas, como pranchetas. Outro material utilizado foram canetas coloridas e uma folha de papel pardo (aproximadamente 50 x 80 cm) para esboçar o mapa de uso da terra.

O deslocamento de um lote ao outro foi feito geralmente caminhando, exceto em alguns casos onde se conseguia carona com alguns assentados ou com o ônibus escolar. Um mapa do Zumbi dos Palmares, fornecido pelo INCRA, ajudou muito na localização espacial, principalmente das estradas existentes no PA. Esse mapa também serviu para identificação dos lotes a serem visitados e para iniciar o esboço do mapa de uso da terra.

Durante todo período das entrevistas foi possível vivenciar diariamente a realidade local, complementando a coleta de dados por meio da observação participante. Também foi usado um diário de campo para registrar as percepções pessoais, experiências cotidianas e informações que estavam além do alcance do roteiro e mesmo dos objetivos das entrevistas. Após toda essa etapa, as informações pertinentes do diário foram sistematizadas e somadas aos resultados e à discussão das entrevistas.

A hospedagem e todas as refeições durante as entrevistas foram realizadas nas casas dos próprios assentados, algumas vezes sem qualquer tipo de contato prévio com a família. A receptividade sempre foi muito grande, principalmente pelo fato de saberem que outros assentados já tinham sido visitados para as entrevistas do Projeto da Saúde, ao qual essa pesquisa esteve articulada.

Após a conclusão desta etapa todos os dados das entrevistas, diários e mapas foram organizados e sistematizados, subsidiando também a preparação e realização da oficina no PA Zumbi dos Palmares.

4.2. OFICINA

Para a segunda fase da coleta de dados foi proposta a realização de oficinas no PA Zumbi dos Palmares, tanto com as famílias participantes das entrevistas desta pesquisa quanto as do Projeto da Saúde, e outras convidadas. A primeira oficina foi realizada no

pavilhão do centro comunitário do Zumbi no dia 20 de abril de 2008 e teve por objetivo apresentar os resultados de ambas pesquisas aos assentados, aprofundar a coleta de dados sobre a dinâmica do PA, bem como criar um espaço de discussão e de proposição de alternativas para os problemas identificados.

Em virtude de vários fatores, como diversas outras reuniões e oficinas no Zumbi dos Palmares, além do período eleitoral no município, até o momento foi realizada apenas uma oficina. A proposta é dar continuidade a este processo com a realização de outras oficinas e outros tipos de atividades com o objetivo de elaborar um planejamento estratégico para o Zumbi dos Palmares.

Utilizou-se basicamente um quadro negro e giz para registrar as idéias dos participantes em um esquema proposto pelos pesquisadores e aceito por todos os participantes. O esquema possuía oito temas (Água, Lixo, Produção, Alimentação, Saúde, Carvão, Matas, Parque) que abrangiam os assuntos das duas pesquisas. A proposta desta oficina incluía também o início do planejamento estratégico para o PA Zumbi dos Palmares, abrangendo ações relacionadas ao meio ambiente e saúde. Porém, a primeira oficina foi limitada e então optou-se por deixar este passo para outras oficinas, não realizadas até o momento de apresentação desta monografia.

4.3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A coleta adicional de dados se deu por meio da participação em algumas atividades em andamento na região, promovidas por diferentes organizações que atuam em Passos Maia com algum enfoque socioambiental. Essas atividades sempre estiveram relacionadas ao PARNA das Araucárias ou ao Zumbi dos Palmares, mesmo que não ocorressem diretamente nestes lugares.

Esta etapa da pesquisa consistiu basicamente no acompanhamento de quatro grandes atividades, das quais a forma de participação foi variada de acordo com as limitações pessoais e a abertura das próprias organizações. Duas delas foram relacionadas ao PARNA das Araucárias e as outras duas relacionadas ao Zumbi dos Palmares. Através destas atividades foi possível conhecer um pouco mais de cada organização, bem como suas formas de atuação.

As primeiras atividades que foi possível participar foram relacionadas aos assentamentos. Uma delas foi o projeto do INCRA/SC de Educação Ambiental e recuperação de APPs nos PAs de Passos Maia. A participação deu-se na reunião de apresentação do projeto e posteriormente em algumas oficinas no Zumbi dos Palmares e outros Assentamentos. A outra atividade foi a “Jornada Nacional de Luta contra o agronegócio, as transnacionais e por um projeto de agricultura camponesa”, promovida por movimentos sociais de SC vinculados à Via Campesina.

As atividades relacionadas ao PARNA das Araucárias também foram duas. A primeira foi a participação em um curso do projeto “Capacitação em Gestão Participativa de Unidades de Conservação nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul”, coordenado pela ONG Mater Natura. A outra atividade foi a participação em reuniões do projeto de elaboração do PM e de formação do CG do PARNA das Araucárias.

V – RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. ENTREVISTAS

Após a aplicação do roteiro piloto e ajustes no protocolo de entrevistas, iniciaram-se as conversas com os coordenadores de NBs. Isso contribuiu muito para compreender a própria dinâmica de funcionamento dos NBs e forneceu informações preliminares importantes. O fato de esta pesquisa dar continuidade a coleta de dados do projeto sobre Saúde, em andamento no Zumbi dos Palmares, contribuiu demasiadamente para o bom relacionamento com as lideranças e demais assentados.

As famílias entrevistadas tinham de um a nove moradores no lote. Geralmente quem respondeu as perguntas foi o homem mais velho, pai de família. Nos três casos onde o homem não estava presente, em dois as mulheres responderam e no outro só os filhos estavam em casa então o mais velho deles participou da entrevista. Em apenas um caso tanto o homem quanto a mulher responderam as perguntas, nos outros mesmo a mulher estando presente ela dificilmente opinava. As crianças geralmente ficavam presentes, mas raramente opinavam sobre alguma resposta, contribuíram apenas na elaboração do mapa.

Ao chegar em uma família para realizar a entrevista, o pesquisador possuía informações prévias sobre o NB pertencente. Porém optou-se em perguntar a que NB a família fazia parte, com o propósito de verificar o envolvimento da família nessa organização de base. Com isso identificou-se que três entrevistados não sabiam o nome do NB pertencente, dois deles por serem integrantes novos (um destes inclusive ainda não havia participado de nenhuma reunião) e o terceiro, referiu-se ao NB relacionando-o com o nome de um dos coordenadores.

5.1.1. Caracterização do lote

A primeira parte da entrevista incluiu a elaboração do mapa de uso da terra (figura xx), durante as perguntas gerais sobre as características do lote. Na maioria dos casos foi necessário fazer um esboço inicial do lote, a partir de então as pessoas eram estimuladas a continuar o desenho de acordo com seu conhecimento. Somente um entrevistado preferiu não se expressar no mapa, apenas apontou a localização das características do lote, cabendo ao pesquisador fazer toda a representação gráfica.

Em alguns casos, os entrevistados somente desenhavam limites das diferentes formas de uso e as características gerais, sem uso de símbolos ou escrita para distinguir as partes desenhadas. As crianças presentes aproveitavam para complementar o mapa (em alguns casos com materiais próprios), desenhando outras formas e colorindo os mapas.

A primeira característica desenhada no mapa foi o limite externo do lote e as divisas com os outros lotes. O número de lotes vizinhos variava de quatro a seis, exceto em uma família entrevistada que trabalhava sobre três lotes (de forma irregular) juntos, e as divisas se estendiam inclusive até um PA vizinho. Além de identificar a vizinhança, os mapas permitiam identificar quando os lotes faziam divisa com alguma gleba da Reserva Legal, com as áreas comunitárias, com a parte do PA que funciona de maneira coletiva, com as fazendas vizinhas ou com o PARNA das Araucárias.

Os mapas também orientaram as respostas dos tópicos posteriores, recorrendo e complementando o esboço sempre que uma informação nova surgia e era pertinente registrá-la. Ao final, todos os mapas foram guardados para exercícios futuros de avaliação e de monitoramento de mudanças no PA. A Figura 5 mostra alguns destes mapas.

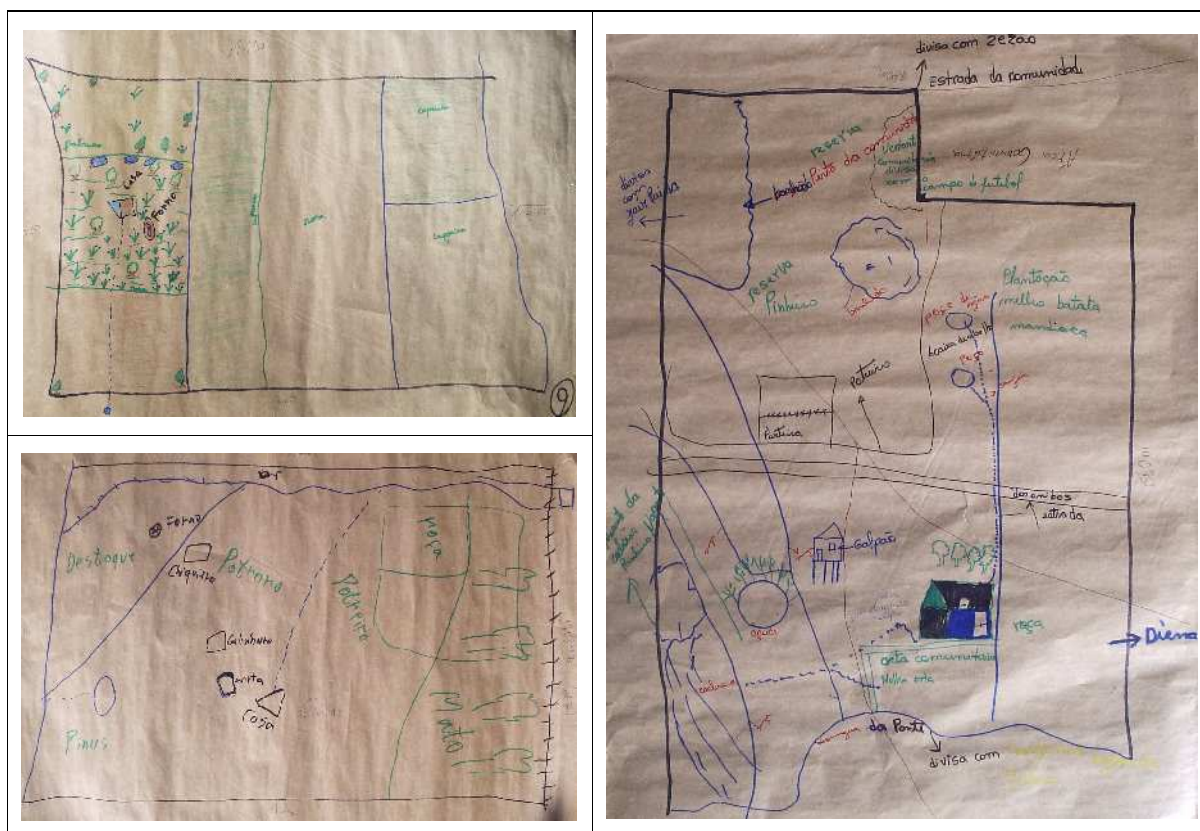


Figura 5: Fotos de alguns mapas de uso da terra elaborados durante as entrevistas.

Também foi perguntada a opinião das famílias sobre a posição do lote, buscando identificar as vantagens e desvantagens de sua localização em relação ao restante do PA. Todas as respostas foram positivas, apesar de alguns não mencionarem o por quê de considerarem seu lote bom. Os motivos de gostarem do seu lote variaram muito, desde a presença de água com boa qualidade, a pouca declividade do terreno, a proximidade da comunidade, do colégio ou do ponto de ônibus. Em um caso especial, o gosto pelo lugar foi pelo fato da família morar naquela casa antes mesmo do PA existir. Trata-se de um assentado que era empregado da fazenda antes da ocupação pelo MST e teve direito a um lote, delimitado sobre a parte da fazenda que já morava e usava.

Para localizar espacialmente as características do lote citadas os entrevistados eram estimulados a desenhá-las no mapa, principalmente os recursos naturais (córregos, banhados e remanescentes florestais) e infra-estruturas. As respostas foram variadas, visto que conforme a localização do lote as características naturais e construídas também variam. As reclamações mais citadas foram: a grande declividade do terreno (“*bastante dobrado*”); a qualidade granulométrica do solo (“*pedreira*”); e baixa fertilidade (“*precisa de muito adubo e calcário*”). Por outro lado, houve respostas positivas: “*terra boa de plantar*” e “*60% da terra é de trator*”, indicando que a declividade do lote é boa; e também “*bastante água, tem muita erva, pinhão*”, em um caso onde a maior parte do lote ainda possui cobertura florestal.

O registro das infra-estruturas construídas nos lotes também foi feito durante a elaboração do mapa. Todos os lotes possuem ao menos uma casa. Em uma família existiam duas casas (um dos filhos já era casado e continuava vivendo no lote) e em outra três casas (em virtude dos três lotes que uma família utiliza). Atualmente todos os assentados estão aguardando a construção de casas novas ou a reforma das antigas, através de um projeto viabilizado pelo INCRA e Caixa Econômica Federal. Segundo alguns relatos, parte dos recursos já foram liberados, mas as obras só iniciarão quando todo o valor for creditado.

Logo no início do PA os assentados receberam recursos para construção das casas por meio do INCRA (R\$ 2.500). Alguns (31 famílias) receberam também um recurso adicional pelo programa HabitarBrasil (R\$ 3.000) do governo federal. As demais famílias ficaram com casas pequenas e precárias até os dias atuais. Mesmo os que foram contemplados com os dois programas (receberam o total de R\$ 5.500) reclamam que não foram construídas com materiais da qualidade prevista no contrato, e algumas casas apresentam problemas sérios decorrentes disso.

Também foram registrados galinheiros, chiqueiros, galpões, paióis, açudes, cercas, dentre outros. Em quase todos os lotes também se encontram fornos para produzir carvão vegetal para fins comerciais, inclusive em algumas famílias foi registrado mais de um forno ou o uso de mais fornos em conjunto com vizinhos. Das dez famílias entrevistadas apenas duas não utilizam forno; uma delas porque retirou toda cobertura arbórea para plantio de monocultura; e a outra porque nunca precisou produzir carvão e preferiu manter seu lote praticamente todo coberto por mata.

Na maioria dos casos, o lote inteiro possui alguma forma de uso, direto ou indireto. Geralmente a parte da terra não cultivada é cercada para soltar o gado, mesmo que não haja uma pastagem (“*potreiro*”) constituída. Portanto, ainda que existam áreas com cobertura vegetal arbórea, essas matas estão não se regeneram em virtude do pisoteio e pastoreio dos animais. Em 4 lotes (40%) foram observadas reservas de mata sem qualquer forma de intervenção, apenas com o intuito de proteger fontes de água ou de resguardar recursos florestais para utilização futura.

Também foram citados os banhados como áreas não utilizadas, geralmente vistos como empecilhos por impedirem o uso total da terra. Outras áreas citadas como inutilizadas foram as manchas de bracatinga (*Mimosa scabrella*), mas que na verdade são áreas em pousio e assim que atingirem o porte ideal serão cortadas (Figura 6).



Figura 6: Fotos de uma pastagem com mancha de bracatingas ao fundo e da entrada de um lote com a cobertura florestal parcialmente mantida, ambos fontes de recursos florestais.

5.1.2. Recursos naturais e paisagem

Este bloco de perguntas serviu para identificar as principais formas de apropriação e uso dos recursos naturais na área do PA, bem como suas conseqüências e possíveis impactos ao PARNA das Araucárias. O principal destino dos recursos florestais é a lenha para produção de carvão e uso doméstico. Outros usos não tão freqüentes, mas de suma importância para os assentados, é a madeira para construção de galpões, palanques para cercas e cabos de ferramenta.

Em três casos o lote foi de tal forma devastado que não existem mais recursos florestais e quando estes são necessários é preciso recorrer aos vizinhos ou comprar na cidade. Apenas uma família destacou não usar recursos florestais do local, pois não trabalham com ferramentas, somente implementos agrícolas motorizados, e quando necessitam de madeira compram fora do Zumbi dos Palmares.

Não há rede de distribuição de água no Zumbi dos Palmares. A água provém de fontes (nascente, vertente, poço, “sanga”) do próprio PA. Alguns assentados usam duas fontes: uma para ingerir (beber e cozinhar) e outra para usos gerais (lavar roupa, tomar banho, irrigar a horta).

Observa-se um cuidado especial com a proteção das fontes, pois geralmente deixam uma pequena reserva de floresta ao seu redor. Em um dos casos a água nasce na Reserva Legal e em outro na Fazenda vizinha ao PA. O mapa ajudou muito nesse momento, pois foi possível localizar o local da coleta da água e o caminho percorrido até os locais de consumo.

Alguns entrevistados reclamaram que precisam proteger as fontes, o que chamam de “*encamisar*”, que consiste em colocar um tubo na saída da água para evitar a contaminação. Um entrevistado relatou pegar água de um vizinho porque não pode utilizar poço em seu lote pela falta de equipamento para bombear a água. Alguns assentados utilizam fontes de água em lotes vizinhos, o que indica certo tipo de solidariedade sobre o uso deste recurso.

Não há coleta de lixo no PA no Zumbi dos Palmares. Os papéis e plásticos são queimados e outros materiais (vidros, latas, dentre outros) são enterrados ou jogados em fossas. Alguns relataram que guardam estes materiais para reutilização futura ou na espera de um destino melhor para estes resíduos. Em três famílias foi comentado sobre a venda de alguns produtos não mais utilizados, mas não se aprofundou na entrevista a maneira como

se deu a venda da sucata. Os resíduos orgânicos não são considerados “lixo” e tem seu destino para o trato dos animais (porcos, galinhas) e nas áreas cultivadas (jardim, horta, roça).

Também não existe saneamento apropriado no Zumbi, como na maioria dos outros PAs e nas demais comunidades rurais. Quase todos têm fossa fechada, mas em alguns casos só o esgoto do banheiro recebe esse destino, pois a água suja proveniente de lavagem da louça e roupas é despejada a céu aberto. Em uma das casas não havia banheiro dentro de casa, possuem uma privada externa (“patente”) que o substitui. Também não havia local próprio para lavar a louça no interior da residência, pois desde o acampamento esta família mantém o hábito de lavar a louça em uma bacia e depois jogar fora a água suja.

Quanto à ocorrência de animais silvestres na área do PA, a Tabela 1 contém os nomes populares citados e o número de citações para cada animal. Ao lado procurou-se inferir o nome científico a partir do nome popular citado, ou ao menos a família a que pertence para dar uma idéia geral de que grupo pertence. É importante ressaltar que esta tabela não tem valor de diagnóstico de fauna porque foram apenas usados os nomes populares citados e inferido a possível classificação científica.

Número de citações	Nome popular	Correspondência científica provável
5	Lebre*	<i>Lepus europaeus</i> ou <i>Sylvilagus brasiliensis</i>
5	Veado	Família Cervidae
3	Jaguaririca	<i>Leopardus pardalis</i>
3	Jacu	<i>Penelope purpurascens</i>
3	Tatu	Família Dasypodidae
3	Tateto	<i>Pecari tajacu</i>
2	Javali**	<i>Sus scrofa</i>
2	Leão	<i>Puma concolor</i>
1	Bugio	<i>Alouatta guariba</i> ou <i>Alouatta caraya</i>
1	Capivara	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>
1	Cutia	<i>Dasyprocta azarae</i>
1	Gato-do-mato***	<i>Leopardus pardalis</i>
1	Quati	<i>Nasua nasua</i>
1	Raposa	<i>Cerdocyon thous</i> ou <i>Didelphis</i> sp.

Tabela 1: Animais citados, número de citações e provável correspondência científica.

* A lebre pode ser nativa ou outra espécie introduzida (européia).

** O javali é da mesma espécie que o porco domesticado, mas selvagem.

*** O gato-do-mato é, provavelmente, a mesma espécie citada como jaguaririca.

Alguns animais não são originários do local, mas são identificados como animais silvestres (“do mato”) em virtude de não serem domesticados, por exemplo o javali. O javali foi introduzido para fins comerciais e também se espalhou pela região após serem soltos e mestiçados com porcos domésticos. A lebre pode ser tanto uma espécie nativa (*Sylvilagus brasiliensis*) quanto uma exótica, de origem européia (*Lepus europaeus*), introduzida na região e muito adaptada ao ecossistema local.

Pelas descrições feitas do gato-do-mato trata-se provavelmente da mesma espécie citada como jaguatirica (*Leopardus pardalis*). De acordo com as informações obtidas nas entrevistas, a raposa pode ser tanto um carnívoro nativo (*Cerdocyon thous*) como também um marsupial (*Didelphis* sp.) que também é conhecido por este nome popular. Pássaros não foram citados, provavelmente porque não são considerados somente silvestres, sendo comuns também em áreas cultivadas.

Uma criança no momento da entrevista se manifestou dizendo que matava passarinhos e “joga num canto”, somente por diversão. Porém, nenhum adulto mencionou a ocorrência de caça no PA, mas esta prática ocorre e foi verificada na prática. Durante o período das entrevistas piloto foi possível participar de uma caça a lebre, prática comum em virtude dos prejuízos provocados às plantações, entretanto nenhum animal foi morto. Nesta ocasião foi possível observar os estragos provocados pelas lebres em uma lavoura de feijão.

Outra caçada, mais no final do período das entrevistas, foi em uma área mais preservada, onde o resultado esperado da caça incluía a possibilidade de ser um animal silvestre. Nenhum animal foi morto outra vez, sequer um tiro foi disparado, contudo todos saíram satisfeitos simplesmente pelo fato de irem ao mato, verem a corrida dos cachorros e fazerem uma atividade entre amigos. Ou seja, esta prática não ocorre por necessidades alimentares, apenas como hábito prazeroso. Mesmo assim deve-se observar a legislação vigente e fato do PARNA das Araucárias fazer divisa com o Zumbi dos Palmares.

A informação mais importante, porém, desta última atividade, foram os relatos da existência de javalis (*Sus scrofa*) na área e dos prejuízos causados por este animal aos cultivos locais e para o ecossistema FOM. Os entrevistados relataram que já tentaram matar esses animais, mas não foram bem sucedidos, pelo contrário tiveram vários cachorros mortos por terem enfrentado um javali adulto.

Quanto à percepção dos entrevistados sobre as mudanças na paisagem desde que chegaram no PA, a resposta foi quase a mesma: desmatamento. As citações mais frequentes

foram: “*era tudo mato*”, “*mais escuro*”, “*desmatação*”, “*foi tudo devorado*”. As causas dessa mudança drástica na paisagem devem-se ao fato de antes toda a fazenda possuir cobertura florestal e, inevitavelmente, os assentados precisarem utilizar a terra para cultivo. Um entrevistado declarou: “*em cima do mato ninguém planta né... não tem jeito*”.

Mesmo as famílias entrevistadas que moram há pouco tempo no Zumbi dos Palmares opinaram sobre as mudanças na paisagem, em alguns casos baseados no relato de outros assentados. Outra mudança citada foram as “*granjas*” de um morador recente, que comprou vários lotes e está cultivando a terra de maneira mecanizada com monoculturas (de soja, durante a fase das entrevistas). Um entrevistado preocupado com a situação do PA em relação à cobertura florestal sugeriu que “*Precisava repor um pouco de mato*”.

5.1.3. Produção

O terceiro bloco esteve voltado aos modos de produção no Zumbi dos Palmares, bem como culturas e métodos em potencial no PA. Também procurou-se identificar nestas perguntas formas alternativas de produção utilizadas pelos assentados. A primeira pergunta deste bloco visou identificar as fontes de renda das famílias entrevistadas, e a dependência direta ou não com os recursos naturais do lote.

O carvão foi citado por 70% das famílias como fonte de renda, seja principal ou complementar. O carvão vegetal é produzido a partir da lenha pelo processo de carbonização. A carbonização da lenha é praticada de forma tradicional em fornos de alvenaria com ciclos de aquecimento e resfriamento que duram até vários dias (INCRA, 2006).

Os benefícios sociais, como aposentadorias, bolsa família, cesta básica, PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) contribuem com a renda de várias famílias. Também houve relatos de pessoas da família que contribuem com recursos financeiros advindos de trabalhos fora do PA, tanto nas Fazendas vizinhas quanto na cidade.

Uma família relatou comercializar grãos (soja, milho) em maior quantidade, produzidos nos próprios lotes e em arrendamentos. Em virtude de possuírem implementos agrícolas, esta família presta serviços para outros assentados. Este mesmo morador também possui uma caminhoneta e recolhe leite em alguns PAs para um laticínio que beneficia o produto.

Identificou-se que a produção agropecuária no lote é voltada prioritariamente para subsistência. Na maioria dos casos só se vende quando a produção ultrapassar o necessário para o consumo, no caso de leite, peixe, mel, feijão, milho, queijo. Somente um dos assentados relatou vender esporadicamente erva-mate, visto que este possui em seu lote uma área com abundância desta espécie.

Ao que parece os recursos financeiros advêm principalmente de fontes externas, exceto o carvão e outros produtos vendidos em pequenas quantidades. Já as atividades agropecuárias são amplamente utilizadas por todas as famílias para o auto-sustento, e neste caso a dependência dos recursos naturais é direta. Uma família relatou que gasta com compras na cidade menos de R\$ 150 por mês, outra em torno de R\$ 320 a cada três meses.

Os valores acima indicam que a auto-subsistência parece ser quase toda garantida na relação direta com a terra, assim a dependência de dinheiro é menor. Isto não significa, porém, que a alimentação está sendo adequada pois pode haver alguma deficiência nutritiva. Também não se pode afirmar que todos estão satisfeitos com esta condição pois talvez haja ensejos de consumo, não identificados nesta pesquisa, que poderiam reverter o quadro caso o dinheiro fosse mais abundante.

Os principais alimentos de origem vegetal produzidos nos lotes, citados durante as entrevistas foram: milho, feijão, arroz, batata, verduras, mandioca, frutas, cebola, alho, tomate. Vários animais de criação e seus subprodutos fazem parte da dieta dos assentados, a citar: gado, porco, galinha, ganso, peru, leite, mel, banha.

Buscou-se caracterizar o consumo dos alimentos produzidos no lote e comprados, mas não foi possível fazer uma comparação percentual entre as duas opções. Além disso, a troca de alimentos e de outros produtos entre vizinhos é muito expressiva, de acordo com a abundância dos produtos e a solidariedade entre as famílias, substituindo em alguns casos a necessidade de compra. Entre os produtos mais citados cuja compra é necessária está o açúcar, sal, café e farinha de trigo.

Em 9 famílias entrevistadas a maior parte dos alimentos advêm do PA, por produção própria e/ou troca, e compram apenas produtos de difícil produção e outros industrializados. Em apenas uma família foi relatado que aproximadamente 80% dos produtos alimentícios são comprados porque a produção no lote é em sua maioria para comercialização.

Segundo os entrevistados, o clima muito frio em algumas épocas do ano limita a produção de algumas culturas como frutíferas e hortaliças. Isso exige dos agricultores um

manejo atento nos períodos favoráveis, para plantarem a tempo de colher o que necessitam. Por outro lado, os entrevistados citaram algumas culturas que têm sido cultivadas com muito sucesso e poucos recursos, como o arroz, o feijão e a mandioca. Também citaram a cebola e a melancia como potenciais cultivos para geração de renda uma vez que algumas experiências no local foram bem sucedidas. Existem frutíferas com potencial de produção no local, por serem espécies adaptadas ao frio, como por exemplo pêssego, figo, pêra, ameixa, uva.

A forma como se maneja a terra para produzir os alimentos pode influenciar nos impactos da produção para o meio ambiente local. O arado com tração animal apareceu na maioria das entrevistas, seja para revolver o solo ou para o plantio. Apenas um entrevistado disse que toda produção é mecanizada. Vários outros disseram pagar por horas de serviços de trator, em alguns casos, subsidiados pela prefeitura. O morador do Zumbi, não regularizado até o momento, que possui trator geralmente oferece este serviço. O custo relatado por alguns entrevistados é de R\$ 70,00 / hora, sendo que a prefeitura municipal paga uma parte e o restante é bancado pelo assentado que solicita o serviço.

Em virtude da baixa fertilidade do solo, a necessidade de insumos é muito grande, incluindo desde adubos químicos até orgânicos comprados ou produzidos no lote. Houve três citações de plantio direto como uma prática de menor impacto por não lavrar a terra todo ano.

O fogo foi citado como uma prática antiga, quando muitas áreas precisaram ser abertas para o plantio, mas que agora não se utiliza muito. Entretanto, durante as várias visitas ao PA verificou-se áreas queimadas e mesmo queimando, sinal que o fogo ainda é uma prática utilizada por muitos assentados. O fogo é utilizado como principal instrumento de preparação da terra para o plantio por duas razões principais: sua eficácia e seu baixo custo (INCRA, 2006).

Foi feita uma pergunta sobre a utilização de agrotóxicos nos lotes para se ter uma idéia geral do seu potencial contaminador de outras áreas, principalmente do PARNA das Araucárias. Apenas um entrevistado disse não utilizar, justamente por ter trabalhado com muitos agrotóxicos anteriormente na plantação de fumo. Todos os demais usam em algum grau para controle de “pragas” (inseticida, herbicida) e para propiciar o plantio direto (secante). Um aspecto importante identificado foi a destinação inadequada das embalagens de agrotóxicos. Houve relatos de que as cooperativas agrícolas que vendem esses insumos

não exigem a devolução das embalagens vazias que acabam sendo abandonadas na lavoura, guardadas em galpões, ou até mesmo usadas incorretamente para outros fins.

Além das culturas e métodos tradicionais utilizados e das inovações identificadas no PA, buscou-se também verificar o desejo dos próprios assentados em novas possibilidades de produção. Dois entrevistados demonstraram interesse em investir em hortaliças, principalmente verduras, tomate e pepino, para comercialização na cidade e para merenda escolar. A intensificação da pecuária também foi mencionada, tanto pela criação de gado de corte como pela de carneiros.

Outros querem investir no que atualmente traz retorno financeiro rápido e pouca demanda de trabalho, como o leite que já está sendo incentivado pelas cooperativas locais. Também foi citado o plantio de espécies florestais exóticas, como pinus e eucalipto, para geração de renda em longo prazo.

Muitos reclamaram da falta de acesso a produtos comuns (calcário, adubos) e serviços necessários (destoque, terraços, açude, *“mexer com a terra”*). No caso do interesse em trabalhar com atividades novas, a reclamação é que estas não podem ser empreendidas enquanto não houver a certeza de escoamento dos produtos: *“Eu tenho um sonho, mas sozinho a gente não consegue”*.

A produção de carvão não é bem vista pelos assentados, em função da dificuldade de venda, do baixo preço do produto, dos problemas de saúde, da degradação ambiental, entre outros motivos, e a maioria almeja conseguir alternativas de renda. Esta poderia ser substituída por alternativas de menor impacto de acordo com as características locais e potenciais produtivos do Zumbi dos Palmares. Um entrevistado alertou sobre a necessidade de se fazer o planejamento dos lotes para otimizar os recursos financeiros e naturais: *“Se tivesse um pouquinho mais de recurso eu não mexia com o carvão”*.

Outra opção no caso do carvão seria a regularização da produção e comercialização conforme a legislação vigente. Isso permitiria aos assentados receberem mais pelo produto e conseqüentemente não precisariam produzir tanto. Ademais, outro produto poderia ser aproveitado dos fornos, o extrato piro-lenhoso, que atualmente é perdido em virtude dos fornos tradicionais utilizados. Somente o carvão vegetal é aproveitado, enquanto os gases voláteis, compostos de uma fração que pode ser liquefeita – o material pirolenhoso – são decompostos em uma fração não-condensável (INCRA, 2006).



Figura 7: Fornos de carvão em atividade em lotes do Zumbi dos Palmares.

Segundo dados do Licenciamento Ambiental do Zumbi dos Palmares, “*O maior problema do assentamento reside na dependência da produção de carvão para sobrevivência. É uma atividade de puro extrativismo vegetal que acaba depredando as matas nativas restantes podendo acarretar em diversos problemas para os assentados. Para exploração adequada do carvão seria necessário orientação dos técnicos para implantar planos de manejo. A solução para o assentamento seria diversificação da produção das famílias assentadas*”. (INCRA, 2006).

Em uma noite, caminhando de uma casa a outra, foi possível observar um caminhão carregado de carvão. Esta é uma estratégia dos comerciantes (atravessadores) para fugir da fiscalização visto que a produção não é legalizada neste local. Apesar do IBAMA ter fechado alguns fornos de carvão e multado um caminhão que transportava o produto, a produção e a comercialização continuam. Parece que o IBAMA tentou multar um dos comerciantes, mas não conseguiu porque este possuía nota fiscal, como se o produto tivesse sido comprado no Paraguai.

Também foi perguntado sobre práticas agroecológicas nos lotes do Zumbi dos Palmares. Apesar deste conceito ainda não ser amplamente difundido entre os assentados, algumas experiências foram relatadas ou observadas nos lotes. O fato de quase todos os alimentos para o consumo serem produzidos sem o uso de agrotóxicos já é visto positivamente pelos agricultores, todavia não se caracterizam como experiências

agroecológicas. Culturas para cobertura de solo (azevém) e adubação verde (nabo, sorgo) foram citadas e tidas como bem sucedidas no solo do PA.

Algumas experiências passadas de produção geraram tanto aprendizados positivos como negativos, que podem e devem ser considerados em projetos futuros. Uma experiência positiva foi a horta coletiva, feita por algumas mulheres do PA há alguns anos atrás. Não ficou esclarecido o motivo desta experiência não ter continuado, ou mesmo de não ser retomada visto que algumas mulheres têm interesse em dar seguimento a essa atividade comunitária.

Uma experiência negativa no Zumbi dos Palmares foi o plantio de fumo, atividade desenvolvida por alguns assentados há alguns anos atrás. As empresas de tabaco financiaram o início da atividade, as infra-estruturas necessárias, mas os agricultores nunca tiveram lucros suficientes para pagar o investimento inicial. Um assentado relatou que trabalhou seis anos em outras atividades, inclusive fora do PA, para quitar as dívidas do fumo e poder investir em novos cultivos.

Os assentados parecem ser muito prejudicados financeiramente, mesmo dentro do próprio PA, principalmente na época que recebem financiamentos e os comerciantes se aproveitam disso. Por exemplo, quase todas as famílias entrevistadas têm um quadro de decoração com a foto aérea da casa. Os assentados relataram que os vendedores destes quadros cobram muito caro e mesmo as famílias de pouca renda compram pelo desejo de ter esta recordação.

Outro aspecto do comércio exercido localmente é um vendedor que passa frequentemente nas casas oferecendo produtos como frutas, ovos, galinha. Alguns desses produtos não são produzidos no Zumbi, então torna-se uma facilidade para os assentados pois o vendedor chega até a porta de suas casas. Porém, houve relatos de que muitas vezes esse vendedor compra produtos dentro do PA e revende para os demais assentados.

5.1.4. Relações sociais

Neste bloco objetivou-se principalmente identificar as formas de organização no PA e o nível de participação dos assentados nos espaços coletivos. Estas perguntas incluíram também alguns aspectos do histórico de vinda ao Zumbi dos Palmares e os sonhos individuais, familiares e comunitários. Foram registradas participações em

atividades fora do Zumbi dos Palmares, mas com alguma ligação com o PA. Ao final do bloco buscou-se compreender um pouco mais das relações específicas com o INCRA.

Os NBs são a principal forma de organização social no PA, herança dos acampamentos do MST, e têm uma função importante na dinâmica da vida comunitária. Antes de entrar no assentamento algumas pessoas nunca tinham ouvido falar em NB, mas com o tempo se acostumaram e perceberam sua importância: “*Nunca tinha ouvido falar, mas com o tempo a gente vai entendendo*”.

A participação nos NB é marcante e inclusive os técnicos do INCRA e da COOPTRASC aproveitam as reuniões para repassarem informes. Dentre os entrevistados, a participação nas reuniões do NB foi quase unânime, exceto por um novo morador que está há pouco tempo no Zumbi dos Palmares e aguardava a próxima reunião para começar a participar.

A coordenação dos NBs é exercida por um homem e uma mulher do grupo, em virtude das questões de gênero discutidas e valorizadas pelo MST. A dupla coordenadora é responsável pela convocação das reuniões, acompanhar as famílias do grupo e avisar sobre alguma reunião pertinente a todos; é responsável também por representar os moradores do NB em reuniões do MST, INCRA, COOPTRASC etc.

Em dois casos entrevistados a coordenação do NB estava sob responsabilidade de um casal da mesma família (marido e esposa). Nesses dois casos os coordenadores relataram que ninguém mais no NB quis ser coordenador e o casal teve de assumir a tarefa. Em apenas um NB há dois coordenadores do sexo masculino porque nenhuma mulher quis assumir. Uma mulher entrevistada deste NB, disse que não assume a coordenação do NB porque tem problemas de visão, e por não ter óculos não consegue ler e escrever direito para assumir esta função.

Também há críticas de alguns assentados sobre a dinâmica dos NBs. Um dos entrevistados, assentado a pouco tempo no Zumbi dos Palmares, oriundo de outro PA (por meio de uma *permuta*) reclamou do funcionamento do NB em que participava. Segundo ele, o NB que participava antes de mudar era mais ativo. Isto pareceu ter relação com a falta de iniciativa de alguns coordenadores, motivo de reclamações também de outros assentados e de outros NBs.

Cada entrevistado teve uma história diferente e passou dificuldades peculiares, mas alguns padrões puderam ser identificados no histórico dos assentados. Todos tiveram alguma experiência na agricultura antes de serem assentados, mesmo que alguns tenham

morado na cidade durante algum tempo. Alguns trabalharam por muitos anos como arrendatários, agregados ou com os pais, e para se livrarem desta condição resolveram acampar para conseguir sua própria terra.

Segundo os relatos dos assentados que estiveram acampados na Fazenda Ameixeira, as famílias do acampamento eram organizadas em NBs e comissões (saúde, limpeza, segurança etc), e resolviam todos os problemas em assembléias. Estes assentados contam que muitas pessoas foram expulsas do acampamento por desobedecer as regras acordadas comumente nas assembléias, como entrar com bebidas alcoólicas.

Alguns relatam que o acampamento era muito tranquilo, havia segurança para as crianças brincarem todas juntas e em qualquer lugar. Porém, provavelmente por desnutrição e pelas condições precárias de saúde e higiene, há registros de crianças que morreram no acampamento. Também contam que foram muito humilhados pela polícia em diversas ocasiões, sofreram preconceitos na cidade e muita desconfiança no comércio local.

Dos 10 entrevistados, apenas metade acampou na Fazenda Ameixeira e acompanhou todo o processo de formação do PA do Zumbi dos Palmares. Um entrevistado relatou ter sido acampado por 13 anos, em cinco lugares diferentes, até a sua família ser definitivamente assentada no Zumbi do Palmares. Dois entrevistados eram assentados em outros municípios e permutaram seu lote com outro assentado no Zumbi porque neste PA o lote é maior ou porque tem mais acesso a serviços básicos, como saúde.

Três famílias entrevistadas não passaram por acampamento, em um caso porque moravam na cidade e compraram um lote de outras pessoas já assentadas. Outro porque fornecia adubos para os assentados, por meio do INCRA, conheceu o lugar e resolveu comprar alguns lotes porque eram baratos. Destaca-se que esta venda é ilegal uma vez que nenhum assentado possui a posse da terra, somente uma concessão de uso, mas parece ocorrer freqüentemente e o INCRA costuma legalizar.

Outro assentado que não passou pelo acampamento, já mencionado anteriormente, é o ex-empregado da Fazenda desapropriada para formação do Zumbi do Palmares. Esta família já vivia na área e teve a opção de receber uma indenização ou ser assentada, e preferiu continuar na terra onde morava e passaram a ser também beneficiários da Reforma Agrária.

Perguntados sobre as principais mudanças na sua vida desde que vieram para o Zumbi dos Palmares, as respostas foram muito semelhantes: a conquista da terra própria para plantar e viver. Os relatos sempre relembrou as situações anteriores de trabalho

onde recebiam ordens (“*agora não tem patrão mandando*”), eram obrigados a pagar “*renda*” ou tinham que dar parte da produção aos donos da terra. Os que moravam na cidade antes de vir para o PA ressaltaram o fato de não precisarem mais pagar aluguel ou impostos.

Todos falaram sobre as dificuldades que passaram, mas reconhecem que no final os benefícios compensaram os sofrimentos: “*No começo não foi fácil, mas depois comida nunca faltou*”. Outro aspecto positivo depois de entrarem no PA foi a facilidade de conseguirem recursos para investimentos: “*Foi a vez que vi mais dinheiro... melhorou de todo tipo*”.

Foi perguntado sobre os sonhos futuros dessas famílias no sentido de melhores condições de vida. A maior parte das respostas voltou-se para investimentos na produção, seja para infra-estruturas, aumento de rebanhos ou cultivos diferentes. Vacas leiteiras e hortaliças novamente se destacaram como alternativas que demandam menor trabalho e retorno rápido, mas que dependem de um grande investimento inicial.

Os sonhos citados são geralmente atividades para geração de renda, visto que para a subsistência parecem estar satisfeitos. Foram citados sonhos mais coletivos, para todo o PA, como construir um moinho para fazer farinha e descascar arroz. Alguns pediram mais apoio do INCRA, com planejamento das propriedades e investimentos mais bem direcionados, como por exemplo a reforma das casas que é uma demanda urgente para as famílias (segundo as lideranças já está sendo encaminhada). Também foram citados sonhos não tão específicos, como “*dinheiro, saúde*”, “*vida digna e honesta*”.

Quase todos participam das atividades da Igreja Católica. Alguns exercem funções na diretoria da Igreja e um dos entrevistados foi o Ministro da Eucaristia. Religiões evangélicas são menos expressivas no Zumbi dos Palmares e não possuem espaço físico destinado exclusivamente para os cultos; as celebrações ocorrem nas próprias casas dos fiéis. A religiosidade parece ser bem expressiva no PA, com cultos católicos e evangélicos, aparentemente com total respeito entre as crenças.

Quase todas as famílias têm crianças e/ou adolescentes que frequentam a escola no PA e, em poucos casos na cidade, como estudantes do Ensino Médio e pessoas com necessidades especiais que frequentam a APAE. Algumas atividades mobilizam os assentados para fora do PA, como campeonatos esportivos e cursos de capacitação. A participação em mobilizações do MST também é significativa, desde manifestações públicas, cursos, encontros regionais e estaduais, até o congresso nacional do MST.

Outra forma coletiva de participação e solidariedade entre os assentados são os “puxirões”, trabalhos coletivos (como mutirões) que reúnem várias pessoas para executar uma tarefa conjuntamente. Os puxirões são geralmente na época da colheita, mas podem ser também para o manejo da terra ou em construções. Essa atividade propicia a otimização dos resultados pelo trabalho em grupo, por exemplo colher algum produto de maneira mais rápida para evitar perdas.

Em um lote onde foi realizada uma das entrevistas, foi possível participar de um puxirão para a colheita de feijão, e logo em seguida em outro lote também (Figura 8). O companheirismo é grande na divisão das tarefas e não envolveu nenhuma forma de remuneração aos participantes, somente troca de serviços ou produtos. Essa é uma amostra do coletivismo que existe independente de instituições mediadoras desta prática, impulsionado pela própria necessidade dos agricultores e a herança cultural dos puxirões.



Figura 8: Puxirão realizado para a colheita de feijão no período das entrevistas.

Com base nas organizações sociais existentes no Zumbi e nos espaços coletivos que as famílias participam, os entrevistados foram questionados sobre o que falta para viver melhor em comunidade. A palavra mais citada foi “união”, também “participação” e “organização”, sempre denotando a necessidade de fortalecer o coletivismo: “Quando era acampamento era uma maravilha, um dava a vida pelo outro, mas agora...”.

Reclamaram que em alguns espaços coletivos há muita “fofoca”, “picuinha” que atrapalha o bem estar social; “têm esses rolinhos... a gente fica meio por fora por causa disso”. Para alguns a situação está boa, dizem não ter vontade de participar, ou não vêm

necessidade de mudanças: “*sei lá, tá bom assim mesmo*”. Foi citada também a construção de infra-estruturas coletivas, como o recentemente campo de futebol construído perto do centro comunitário. Existem poucas oportunidades de lazer na comunidade, esse campo e o bar que funciona nos finais de semana parecem ser as únicas opções.

A última pergunta deste bloco foi para identificar a opinião dos assentados sobre a forma de atuação do INCRA. Alguns disseram que os técnicos repassam informações importantes e ultimamente participam de algumas reuniões dos NBs e da Brigada. As maiores reclamações foram em virtude dos técnicos não realizarem visitas direto nas casas, apenas as reuniões coletivas, provavelmente pelo reduzido número de técnicos para atender o grande número de famílias.

Um grande problema parece ser o pouco diálogo na proposição das atividades: “*Vem tudo prontinho e não tem discurso*”. A crítica mais freqüente feita ao INCRA foi a forma de investimento dos recursos logo no início da implementação do PA, concedidos sem nenhum planejamento. Os assentados relatam que muitos compraram vacas, mas estas morreram de fome porque não havia pastagem para recebê-las. Conseguiram insumos para correção do solo, mas estes se perderam, uma vez que as terras não haviam sido preparadas para o plantio.

5.1.5. Conhecimento a respeito do PARNA das Araucárias

Este bloco de perguntas está diretamente relacionado ao objetivo específico de avaliar o conhecimento dos moradores do entorno do PARNA das Araucárias a respeito da existência, dos objetivos e das metas desta UC. As informações equivocadas disseminadas durante o processo de criação do PARNA ainda estão presentes, e mesmo os moradores mais recentes tem opiniões baseadas em alguns destes equívocos. Várias dessas contra-informações preocuparam alguns assentados em virtude das possíveis conseqüências futuras: “*Diziam que ia pegar 10km pra cá do rio, tinha gente que nem dormia*”.

A criação do PARNA foi tumultuada e gerou muitas discussões que até mesmo as pessoas que não participaram diretamente do processo, inevitavelmente sabem que o PARNA existe. Alguns souberam pelo rádio, por boatos, em conversas com vizinhos ou em uma reunião do PA. Apesar de saberem sobre sua existência, os limites não estão claros

para a população, fato pelo qual muitos freqüentam áreas do PARNA e talvez utilizem recursos sem saber que estão na UC.

Na primeira proposta do PARNA, os limites adentravam em alguns lotes do PA, motivo pelo qual os assentados seriam afetados diretamente: *“parece que umas famílias iam ter que sair e o INCRA ia colocar em outro lugar”*. As únicas informações concretas fornecidas aos assentados durante o processo de criação foi durante uma reunião no Zumbi dos Palmares, na qual uma liderança do MST trouxe os materiais de divulgação oferecidos pelo MMA durante as consultas públicas.

Dos 10 entrevistados, metade deles disse não saber de nada sobre a situação atual do PARNA, principalmente porque há muito tempo não havia nenhuma atividade relacionada ao Parque: *“faz quase três anos que tinham falado, já tinha esquecido”*; *“Esses tempo falaram bastante, mas agora tá parado”*; *“uma vez ouvi falar num Parque que ia sair por aí, que iam colocar bichos, mas até agora não saiu nada”*.

A outra metade dos entrevistados deu alguma opinião sobre situação atual do PARNA: *“parado”*; *“péssima, não aparece nada”*. Para alguns o PARNA está funcionando como proposto: *“Diz que é pra proteger o meio ambiente, as matas”*; *“a Ambiental [Polícia Ambiental] tá cuidando”*. Essa observação deve-se talvez a presença esporádica da Polícia Ambiental no Zumbi, apesar de ser um órgão estadual e não ter nenhuma ligação direta com o PARNA das Araucárias.

A questão dos limites do PARNA parece ser a maior confusão entre assentados. Quase todos os entrevistados (7) opinaram sobre a localização do Parque, porém geralmente as opiniões não correspondiam com a realidade. Outro problema freqüente também é confundir o PARNA com a antiga proposta de APA, a qual abrangia vários municípios: *“falaram que era um parque que pegava de Água Doce até Abelardo”*. Também confundem com os corredores ecológicos, que estão sendo comentados mais recentemente por um projeto de iniciativa da FATMA.

Um equívoco ainda maior é correlacionar o PARNA com uma área privada onde são criados animais sivistres, a que todos se referem como *“Fazenda de Caça”*. Trata-se de um criadouro de animais exóticos, aparentemente com fins econômicos, localizado no município vizinho, Ponte Serrada. O empreendimento não está em funcionamento porque não possui licença para tal, mas o objetivo parece ser a caça esportiva.

Alguns relacionam o PARNA apenas à área com maior quantidade de Araucárias (*“Do outro lado do rio, naquele pinhalão, até Ponte Serrada”*) provavelmente porque o proprietário desta área foi quem mais fez movimentos contrários à criação da UC em suas terras. Esta área está realmente no núcleo do PARNA das Araucárias, porém outras áreas mais próximas também estão dentro dos limites do Parque e não são reconhecidas como tal pelos assentados. Para muitos o Rio Chapecozinho é o limite do PARNA, ou seja, apenas do outro lado do rio é Parque. Na verdade esta é mesmo parte da divisa do Zumbi dos Palmares com o PARNA, porém outras áreas do mesmo lado do rio que o PA fazem parte da UC e não são reconhecidas como tal.

Assim, percebe-se que a dificuldade em identificar os limites exatos do PARNA não reside apenas na falta de informação sobre esta UC, mas na gama de outras iniciativas existentes de conservação da natureza. Além do PARNA ser confundido com propostas de UCs que sequer foram criadas ou com outras estratégias de conservação sem limites definidos, também se confunde com áreas privadas. A idéia de natureza como “floresta” também influencia na percepção dos moradores do que seja o Parque, as vezes identificado apenas como as áreas bem florestadas. Ou seja, a identificação dos limites ultrapassa os aspectos geográficos e entra em questões simbólicas.



Figura 9: Plantações de milho e feijão em lotes do Zumbi e vista do PARNA das Araucárias ao fundo.

Do total de entrevistados, metade disse não saber o que existe no PARNA, nem mesmo opinou sobre possíveis ameaças à conservação da área. Outros se referem aos aspectos mais gerais da floresta: “*Pinheiro*”; “*tem o pinhal*”; “*espécie de bichos, as águas*”. Outra vez se referiram à Fazenda de Caça em virtude desta possuir criação de diversas espécies de animais, visto como algo positivo para a conservação da natureza. Todavia, ninguém comentou nas entrevistas possíveis atividades que podem estar afetando o PARNA, como caça ou coleta, por exemplo.

Objetivou-se também identificar a percepção dos assentados sobre o motivo de criação do PARNA. Apenas um entrevistado não opinou sobre o assunto. A maioria se referiu a aspectos bióticos como o motivo principal: “*reserva de Araucária*”; “*pra bicharada*”; “*preservar a natureza*”. Alguns reconhecem a importância da criação do PARNA no local, mesmo nas condições que se encontra atualmente: “*Preservação... se não criassem esse parque logo não ia ter mais mato, nem bicho nada*”; “*De primeiro a turmada caçava, mas agora não existe mais [caça]*”. Outros reconhecem a importância dessa área num nível regional: “*pra proteger a Araucária, é a única [área] do estado [Santa Catarina] grande*”; “*Ouvi eles comentando que era pra proteger a mata brasileira*”.

Indagados sobre a responsabilidade de cuidar do Parque, quatro famílias disseram não saber ou não opinaram nesta pergunta. Apenas em duas entrevistas citaram o IBAMA, mas ainda assim ressaltando que nunca viram representantes do órgão na área. Já era esperado que não houvesse citações sobre o ICMBio, verdadeiro gestor do PARNA, em virtude do pouco tempo que este órgão foi criado e de sua pouca presença na UC. Alguns dizem que é a “*Ambiental*” referindo-se à Polícia Ambiental ou qualquer outro órgão de ambiental (FATMA, por exemplo) ou mesmo outras instituições que trabalham com meio ambiente (INCRA, APREMAVI, ENCATTO).

A diversidade de instituições atuantes na região com projetos na área ambiental gera muitas confusões para os assentados. Em virtude de todas atuarem com temáticas semelhantes, os moradores locais não percebem as diferenças. Pior ainda é a desarticulação entre essas instituições, ao menos entre os projetos de caráter socioambiental identificados durante esta pesquisa. O PARNA das Araucárias acaba sendo visto como um projeto a mais dentre tantos, ou seja, não é identificado como uma UC em si.

5.1.6. Afinidades e conflitos em relação ao PARNA das Araucárias

Nas entrevistas, tanto afinidades quanto conflitos foram identificados, porém prevalece a desinformação sobre o PARNA, o que limitou as opiniões sobre o assunto. Para muitos, a existência do PARNA não faz diferença, porque nunca trouxe prejuízos e alguns nem sequer vêem possibilidades de uma possível influência negativa. Alguns entrevistados apenas disseram ter interesse em conhecer ou estão curiosos para saber como serão desenvolvidas as atividades no PARNA.

Alguns assentados refletem sobre a importância da preservação da área, mesmo não compreendendo a dinâmica do ecossistema e das políticas públicas envolvidas. Também houve uma citação de um morador que acredita que o Parque nem existe mais (*“acho que desistiram de criar”*), porque não ouviram mais nada sobre o PARNA e ninguém está trabalhando na área.

Mais da metade dos entrevistados relatou não ter ocorrido nenhuma mudança após a criação do PARNA. Alguns desses acham que o Parque sequer foi criado em virtude das pressões contra: *“foi todo mundo contra e ficou por isso aí”*. Outros porque estão fora do limite proposto e então não são influenciados diretamente: *“pra nós não muda nada, não moramos na área”*. Um dos entrevistados reside há pouco tempo no Zumbi dos Palmares e não acompanhou o processo da criação do PARNA, porém mesmo assim opinou dizendo que *“tá abandonado”*.

Alguns entrevistados opinaram sobre mudanças que ocorreram depois da criação do PARNA: *“É mais ruim de entrar, mas até agora não vi ninguém cuidar... só o IBAMA por cima de vez em quando”*. Este entrevistado relatou que freqüentemente a área é sobrevoada por helicóptero e associam isso à fiscalização do IBAMA sobre o PARNA. Não se sabe ao certo se esses sobrevôos são do IBAMA, porém os assentados geralmente inferem que a presença de um helicóptero é em virtude do Parque.

Alguns relataram haver alguma mudança no sentido de limitar algumas atividades (*“a gente sabe que não pode cortar pinheiro”*), mas que na verdade referem-se à normas já existentes. A proibição do corte da Araucária é independente da criação do PARNA, mas provavelmente é correlacionada à UC em virtude do aumento da fiscalização na região.

Outros entrevistados apontaram mudanças apenas para outras pessoas: *“Tinha gente que andava desmatando fora do lote, caçando...”*; *“Se deixar solto a turma tira tudo, tem que segurar um pouco”*; *“Pra nós não mudou nada, do jeito que tava, tá”*. Ou

seja, estes entendem que o PARNA só trouxe mudanças para os moradores que praticavam alguma atividade ilegal, ou para os fazendeiros que terão suas terras desapropriadas em decorrência da criação do PARNA.

Quando perguntados sobre os possíveis benefícios do PARNA, apenas dois entrevistados disseram não saber o que o PARNA pode trazer de bom e outro disse claramente que nada de bom pode haver com a criação do Parque. Os demais sempre apresentaram alguma opinião, seja em termos genéricos (“*só a preservação*”; “*vai ficar uma conservação da natureza*”) ou mais específicos: “*Tem tudo pra trazer de bom, animais em extinção que tem ali*”; “*não pode mais derrubar, é pra criar os bichos, proteger as águas*”.

Segundo a percepção de um assentado, o PARNA tem potencial de facilitar a aquisição de recursos para executar projetos na região: “*Ajuda a trazer recursos, pra trabalhar de acordo com o meio ambiente, de acordo com as propostas né*”. Este é um aspecto positivo observado de muitas UCs integrais, de promover atividades no entorno para compatibilizar as atividades humanas com os objetivos da UC. Nesse caso, este potencial entre o PARNA das Araucárias e o Zumbi dos Palmares foi identificado por um assentado, em princípio sem isso ter sido comentado em outra ocasião.

Quando perguntados sobre possíveis prejuízos em virtude da presença do PARNA, metade dos entrevistados disse não haver possibilidade desta UC impactar negativamente sobre seu modo de vida. Também houve uma citação onde um assentado justificou que mesmo os que perderem suas propriedades para o Parque, os fazendeiros, não serão tão afetados porque são pessoas que já não dependem dos recursos ambientais: “*E é tudo de uns milionários, eles não precisam*”.

Uma preocupação direta dos assentados é a possível restrição de algumas atividades, principalmente a produção de carvão: “*tendo o Parque, a Ambiental vai estar sempre por aí*”. Realmente, após a criação do PARNA, houve uma operação da Polícia Ambiental que fechou alguns fornos e apreendeu objetos de trabalho nesta atividade. Outras possíveis implicações negativas foram identificadas nas entrevistas, sempre relacionadas a restrições de atividades no PA. Em alguns casos, a preocupação se volta às limitações acentuadas que alguns assentados podem não suportar, se dependem diretamente de tais atividades: “*pode complicar com quem não cumprir com as normas*”.

Três entrevistados relataram preocupações diretas com a possibilidade de ataque por animais do PARNA, nativos ou introduzidos: “*Tá programado que eles vão trazer*

feras, cobras”; “*Podem soltar outro tipos de bicho, aí começa prejudicar a gente*”; “*risco de atacar uma pessoa*”. Muito deste receio parece ser ainda uma herança das contra-informações disseminadas durante o processo de criação do PARNA, e isso incluía o boato de que animais exóticos seriam introduzidos na área.

A última pergunta do roteiro de entrevistas almejou identificar a vontade dos entrevistados em participar de atividades relacionadas ao PARNA, bem como as principais dúvidas a serem esclarecidas. Todos demonstraram algum interesse em participar de reuniões, ou ter acesso a informações de outras formas sobre a situação atual do PARNA e suas implicações para o PA. Alguns sugeriram usar a rádio da cidade para fazer a divulgação e fazer as reuniões nos próprios NBs.

Dentre as dúvidas citadas a serem esclarecidas em uma reunião futura, estão explicações básicas do motivo de criação do PARNA: “*O que é na verdade esse Parque né?*”. Muitos demonstram preocupação sobre a efetividade da UC: “*se vai sair ou ficar assim mesmo*”; “*como é que eles vão trabalhar em cima pra melhorar*”. Outros demonstraram interesse inclusive em ajudar na conservação do Parque: “*como cuida, o que fazer pra melhorar*”; “*saber que tipo de benefício, como é que a gente pode contribuir*”.

Para muitos entrevistados, as preocupações estão relacionadas diretamente com as possíveis implicações negativas do Parque: “*Ver como vai funcionar, o que vão soltar...*”. Talvez a maior dúvida continua sendo os limites exatos do PARNA, acompanhado de um medo de deslocamento de algumas famílias: “*até onde vai, se pega pra cá do Rio*”. Esta preocupação parece estar relacionada com o limite do PARNA, que em parte é o leito do rio, e as possíveis conseqüências da zona de amortecimento. Alguns acreditam ainda que os lotes no limite do Parque serão indenizados: “*onde eles vão colocar os que moram na beira do rio*”.

Em dois casos, o interesse dos entrevistados era diretamente relacionado à possibilidade de extrair alguns recursos da área do Parque. O primeiro caso foi de saber sobre a possibilidade de aproveitamento da madeira que se encontra no chão após uma forte ventania que derrubou árvores inteiras: “*uma doação de madeira caída e apodrecendo*”. Em outro caso foi a dúvida referia-se sobre a possível permissão de criar animais nas áreas de floresta, pois isso geraria empregos e arrecadação para o município: “*se fechar tudo vai ficar sem produzir, sem arrecadar dinheiro*”.

Todos os resultados das entrevistas, em especial esta última parte, serviram para embasar a preparação da oficina posteriormente. Porém, o objetivo inicial era estender os

resultados à elaboração do PM do PARNA das Araucárias e demais iniciativas na área da UC e no entorno. Isso não foi possível, mesmo diante de várias tentativas de aproximação ao projeto coordenado pela APREMAVI, tanto antes das entrevistas quanto logo em seguida de sua realização.

A observação participante permitiu compreender o quanto os assentados necessitam de recursos florestais no cotidiano de trabalho e quase não mais os encontram. Algumas vezes eles recorrem inclusive a espécies de corte legalmente proibido, como a Araucária. Talvez isso ocorra por falta de noção sobre a legislação ambiental, mas provavelmente também é a necessidade deste recurso que faz com que esta prática continue.

Por outro lado, alguns assentados demonstraram interesse em fazer reflorestamento de araucária, nas áreas de seus lotes onde é difícil plantar. Uma limitação para esta prática, porém, é o receio de não poderem cortar estas árvores futuramente em virtude das restrições legais. Outra limitação é a falta de sementes (pinhão) para o plantio, visto que há poucos pinheiros adultos no Zumbi e o pinhal onde eram acostumados a coletar pinhão não é mais permitido porque foi criado o PARNA das Araucárias. Ou seja, contraditoriamente, a legislação ambiental e a UC que deveriam proteger a espécie acabam sendo o fator limitante para o reflorestamento com araucária.

Outra dimensão importante para compreender a paisagem atual do Zumbi dos Palmares foi identificada em conversas informais com alguns assentados durante todo o tempo de permanência no PA. Vários assentados relataram que durante o processo de desapropriação da Fazenda Santo Antônio, o fazendeiro teve aproximadamente 60 dias para retirar toda a madeira de valor que pudesse. Neste período, os assentados que vivenciaram o ocorrido relatam que serras elétricas e caminhões trabalhavam dia e noite para retirar todos os recursos florestais possíveis neste prazo.

Os Sem Terras permaneceram acampados na Ameixeira até o fim deste período e quando entraram na área para serem assentados receberam uma floresta totalmente destruída, sem árvores de qualidade para fins comerciais ou para usos próprios. Contudo, mesmo com a destruição da cobertura florestal original, as áreas não estavam prontas para serem cultivadas porque todos os tocos, árvores menores, taquaras e arbustos permaneciam na área. Assim, muitas famílias padeceram porque demoraram a produzir algo e acabavam gastando o dinheiro dos financiamentos para o auto-sustento.

Não foram os assentados, portanto, os maiores responsáveis pela destruição da floresta, mas sim o proprietário da área com a anuência dos órgãos governamentais. Isso não permite inferir que se os assentados recebessem a área intocada a floresta ainda estaria preservada, talvez o resultado final fosse o mesmo. Porém, muitos relataram que prefeririam receber uma área não coberta por floresta, onde a terra estivesse pronta para plantar, ao invés de depender da retirada de uma mata para serem assentados.

A permanência do pesquisador no PA durante todo o período das entrevistas foi importante, pois permitiu a observação direta e continuada da dinâmica do Zumbi dos Palmares. Em alguns casos a participação tornou-se tão intensa que o pesquisador passou a fazer parte das atividades como um membro a mais, não apenas como observador. Isso permitiu identificar aspectos importantes para a pesquisa, porém extrapolou os objetivos acadêmicos.

A observação participante contribuiu também para identificar as percepções dos assentados sobre o próprio pesquisador. Foi possível observar, por exemplo, a disseminação da informação pelo Zumbi de que havia um jovem visitando algumas famílias para fazer entrevistas. Isso implicava em expectativa de receber essa visita como também aversão por parte de alguns em participar de uma entrevista. A própria cor da camiseta usada pelo pesquisador pareceu ter influência de como era recebido pelas famílias: vermelha já era visto como alguém do MST.

A forma de se apresentar e a linguagem usada também foi importante, pois em alguns casos podia gerar grandes equívocos. Por exemplo, ao dizer que esta pesquisa era sobre a questão ambiental no Zumbi alguns assentados ficaram desconfiados que fosse uma atividade de fiscalização. Isso porque o termo “Ambiental” é utilizado para designar a Polícia Ambiental, órgão fiscalizador mais freqüente do que IBAMA ou FATMA na área do PA.

Isso serve de exemplo para outras pesquisas neste sentido de que algumas práticas podem inadvertidamente causar confusões ou más interpretações que podem prejudicar o relacionamento com os entrevistados. E neste caso, enseja também uma reflexão sobre o quanto a significação do “ambiental” está diretamente ligada ao controle ostensivo, e não a uma visão integrada com a natureza.

5.2. OFICINA

A oficina realizada no Zumbi dos Palmares junto com o Projeto da Saúde contribuiu para aprofundar a coleta de dados sobre a dinâmica do PA, mas principalmente serviu para a discussão dos problemas identificados durante as entrevistas e para proposição de alternativas. A proposta inicial incluía os seguintes passos:

- 1- Apresentação pessoal e sonho para o assentamento
- 2- Leitura e quadro do diagnóstico
- 3- Levantamento dos problemas
- 4- Priorização dos problemas (se necessário)
- 5- Possibilidade de ação
- 6- Encaminhamentos (continuidade, próximos passos)

A divulgação da oficina ficou a cargo de uma liderança do PA, bem como a reserva do espaço para a realização da atividade. Ao chegar no local da reunião, porém, foi comentado que havia outra atividade (torneio de futebol) no mesmo dia na cidade, portanto o público seria reduzido.

Inicialmente foi feita uma apresentação dos projetos e do motivo da reunião. Em seguida uma apresentação pessoal de todos os participantes e o sonho de cada um para o assentamento. Nessa primeira parte da oficina já foi possível observar o envolvimento dos participantes na dinâmica do Zumbi e as idéias destes para promover mudanças no PA. Até mesmo o massacre de Eldorado dos Carajás foi lembrado como símbolo de luta do MST e como forma de sensibilizar os presentes para valorização das atividades coletivas dos Sem Terras.

Foi feita uma leitura, seguida de comentários, do relatório da pesquisa da Saúde referente ao Zumbi dos Palmares. Em seguida iniciou-se a etapa 3 (levantamento dos problemas), na qual foi escrito no quadro os oito temas principais sugeridos (Água, Lixo, Produção, Alimentação, Saúde, Carvão, Matas, Parque). Optou-se primeiro em levantar os aspectos positivos e negativos de cada tema, de acordo com os subsídios das entrevistas e as idéias apresentadas no momento pelos participantes da oficina. Assim, foi elaborado conjuntamente o quadro a seguir (Tabela 2).

TEMA	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Água	Boa; pura; quantidade ainda boa	Falta proteção; diminuiu a quantidade; fossas e sumidouros inadequados
Lixo	Campanha de pilhas da escola; não tem lixo espalhado	Não tem coleta; queimar e enterrar como alternativa; embalagens de agrotóxicos
Produção	Cobertura verde (azevém, nabo...)	Solo fraco; clima frio, uso de agrotóxicos; falta de incentivo; dificuldade de comercialização
Alimentação	A maioria é produzida no lote	Poucas frutíferas e verduras
Saúde	Boa alimentação; uso de plantas medicinais; bom atendimento; poucas doenças crônicas	Problemas do carvão; locomoção até a cidade
Carvão	Renda (necessidade); aproveitamento de lenha de destoque	Fumaça; destruição da natureza; poluição; problemas de saúde; serviço pesado
Matas	Reservas em bloco; a maioria deixa uma reserva no lote; são naturais (não reflorestadas)	Não cuidaram das nascentes; não aproveitaram a madeira desde o início; faltou investimento desde o início (precisaram fazer carvão)
Parque	Vai ficar para a eternidade; criado em terra de fazendeiros	Animais soltos; leis rígidas

Tabela 2: Tabela elaborada durante a oficina no Zumbi dos Palmares com os oito temas propostos pelos pesquisadores com base nos resultados das entrevistas.

Dentro desta mesma etapa a proposta era identificar os possíveis problemas, de acordo com os aspectos positivos e negativos definidos em cada tema. Porém, em virtude do número reduzido de participantes optou-se em dar continuidade à etapa três, bem como as seguintes, em outra oficina ou quantas mais fossem necessárias.

Esta segunda oficina foi marcada para o dia 02/06/08, com o intuito de envolver mais pessoas, principalmente lideranças locais e as famílias que foram entrevistadas. Porém, por motivos pessoais dos pesquisadores e outras atividades das lideranças locais o

encontro foi postergado. Depois desse período acentuaram-se as atividades no Zumbi dos Palmares e já haviam muitas outras reuniões previstas para os próximos meses. A segunda oficina continuou sendo adiada até o presente momento (final de 2008). Portanto, os resultados aqui apresentados limitam-se a primeira oficina e priorizam apenas os aspectos ambientais dos temas tratados na oficina.

O primeiro tema foi a **água**, e muitos aspectos positivos surgiram em virtude da abundância e da qualidade deste recurso no Zumbi dos Palmares (“*Aqui a água mata a sede de verdade*”). Porém, ressaltou-se como aspecto negativo o fato da quantidade da água ter diminuído nos últimos anos (“*desde o início do assentamento muitas fontes secaram*”), e a causa ser atribuída ao desmatamento. Os participantes também reclamaram que falta proteção para muitas nascentes e alertaram que as fossas e os sumidouros são construídos de forma inadequada, comprometendo a qualidade da água.

Quanto ao tema **lixo** o aspecto positivo citado foi de não haver lixo espalhado pelo PA, e atribuem esse hábito ao aprendizado do tempo de acampamento no qual era regra não deixar lixos ao redor dos barracos. Apesar disso, não existe coleta no PA como um todo, fato que os obriga a queimar e enterrar os resíduos como única alternativa viável. Sugeriram conseguir um caminhão da prefeitura para recolher o lixo regularmente, sendo que isto não precisava ser por lote, mas sim definir alguns pontos de coleta que poderia ser os NBs.

Além disso, os participantes denunciaram que muitas embalagens de agrotóxicos recebem o mesmo destino que o lixo comum e, nesse caso, o potencial poluidor é ainda maior. Por outro lado, citaram a iniciativa da escola em realizar uma campanha de coleta de pilhas usadas, produto com alto risco de contaminação por conter metais pesados. As pilhas eram trocadas por materiais escolares, motivando assim as crianças a recolherem e levarem à escola.

A **produção** agrícola é feita de forma convencional em quase todo o Zumbi dos Palmares. Apenas foram citados casos de cobertura verde (azevém, nabo) como forma de proteção do solo e incremento de nutrientes. Neste tema, os aspectos negativos foram mais expressivos: solo fraco; clima frio, uso de agrotóxicos; falta de incentivo; dificuldades de comercialização.

Os aspectos relacionados ao tema **alimentação e saúde**, foram priorizados pelo outro projeto conduzido conjuntamente com esta pesquisa, então somente serão ressaltados aqui os pontos mais relacionados com a questão ambiental. O fato da maioria dos alimentos

ser produzida no lote, mesmo com as limitações climáticas para produzir certos tipos de frutas e hortaliças, se reflete na saúde das pessoas em função de ser uma alimentação mais saudável e de boa qualidade.

É freqüente o uso de plantas medicinais e os participantes relataram ter um bom atendimento municipal nos casos mais graves. Um aspecto negativo citado no tema saúde foram os problemas relacionados à produção do carvão, pois muitos relatam ter problemas respiratórios após a realização desta atividade.

Houve um tema específico para falar do **carvão**, em virtude dos vários problemas identificados ainda durante as entrevistas. Os problemas de saúde causados podem ser diversos, vinculados tanto a inalação do gás produzido durante a carbonização quanto ao pó acumulado nos fornos. Os participantes reconhecem que os fornos prejudicam o meio ambiente (*fumaça; destruição da natureza; poluição*) e dizem não gostar da atividade porque é um trabalho pesado.

Apesar de todos os problemas, muitos assentados continuam produzindo carvão por necessidades financeiras e falta de alternativas consolidadas para geração de renda. Em alguns casos é a única fonte de renda da família e em quase todas serve de complemento para as despesas da casa. Além disso, a matéria prima é barata e aproveitam inclusive a lenha proveniente dos destoques feitos para preparar a terra para os cultivos.

A questão dos fragmentos florestais ainda existentes no Zumbi dos Palmares também foi um tema da oficina (**matas**). Como aspecto positivo os participantes relataram que a maioria dos assentados deixa em seu lote uma pequena reserva de mata, seja para uso direto ou para proteger alguma nascente. Além disso, há a Reserva Legal de todo o Zumbi em blocos, não individualmente por lotes, e isso é encarado positivamente pelos presentes como forma de potencializar a proteção dessas áreas. Outro aspecto ressaltado pelos participantes foi o fato dessas matas serem naturais (não reflorestadas com espécies exóticas), mesmo que não sejam primárias e algumas partes estejam degradadas.

O projeto que está em andamento para construção de um viveiro nas proximidades da escola apresenta-se como uma alternativa para recompor estas áreas degradadas. O local onde está sendo construído foi cedido por uma família (parte do seu lote) do PA vizinho, o 29 de Junho. Uma pessoa desta família estava presente na oficina e comentou sobre o andamento das atividades e a expectativa de em breve ter as mudas disponíveis.

Ainda sobre o tema Matas, todos os aspectos negativos foram correlacionados ao contexto histórico que o Zumbi dos Palmares passou. Nesse sentido os participantes

citaram o fato das nascentes não terem sido protegidas desde o início, assim hoje não necessitaria de grandes esforços para mantê-las protegidas. A madeira também deveria ter sido aproveitada racionalmente, conforme as árvores eram retiradas, mas da maneira como foi feita se desperdiçaram muitos recursos florestais. Relataram que muitos assentados derrubaram todo o mato possível logo no início porque pensavam que não seria possível derrubar mais tarde.

Outro aspecto que influenciou negativamente a situação atual dos remanescentes florestais foi o fato do fazendeiro ter retirado toda madeira nobre da área antes do INCRA assentar as famílias (*“Ganharam 60 dias pra tirar todos os pinheiros”*). A falta de investimentos desde a criação do Zumbi dos Palmares (*“No início fizeram tudo errado”*) também levou muitos assentados a desenvolverem atividades potencialmente degradadoras, por exemplo a produção do carvão vegetal.

Por último, incluiu-se um tema foco desta presente pesquisa, o **Parque Nacional das Araucárias**. Os benefícios a longo prazo do PARNA são reconhecidos por alguns assentados (*“vai ficar para a eternidade”*), que também demonstram afinidade pela UC: *“Eu tenho orgulho de morar ao lado do Parque”*. O fato de o PARNA ter sido criado em terra de fazendeiros e não atingir diretamente o lote de nenhum assentado foi um dos aspectos positivos citados durante a discussão desse tema.

Aspectos negativos sobre o PARNA também surgiram, apesar de estarem mais relacionados à falta de informações do que a prejuízos diretos. Os dois principais aspectos foram *“animais soltos”* e *“leis rígidas”*, que certamente vão influenciar os moradores do entorno do PARNA. Porém, durante a exposição dos participantes observou-se que estes receios são em virtude principalmente das contra-informações históricas desde o tumultuado processo de criação do UCs.

Outras dimensões importantes foram identificadas, mesmo não estando diretamente ligadas aos temas e ao momento exato da discussão. A questão da legislação ambiental parece ser um pouco mais delicada de se trabalhar, em função da falta de diálogo entre os moradores e os órgão ambientais, bem como a fiscalização ostensiva por parte destes últimos: *“Eles não querem nem saber, chegam multando”*.

Isso acarreta um descumprimento contínuo da legislação porque os assentados não vêem possibilidade de negociação em casos onde a necessidade é mais forte. Como exemplo citaram as árvores que caíram durante a forte ventania no início de 2007, não

tendo sido liberado o aproveitamento da madeira: “*A única maneira da gente aproveitar a madeira é desdobrar [cortar, fazer tábuas] em casa... bem quieto*”.

O conflito com os órgãos ambientais é grande e parece estar relacionado principalmente com as atividades de produção ilegal do carvão: “*O IBAMA vem, fecha o forno, leva na justiça, toma o motor*”. O maior problema, todavia, na relação dos assentados com os órgãos ambientais é o número destes e as ações desconectadas entre eles. Nos PAs existe a atuação da FATMA, da Polícia Ambiental, do IBAMA e mais recentemente do ICMBio por causa do PARNA das Araucárias. Ninguém compreende a diferença de cada um, muito menos a necessidade de tantos órgãos para trabalhar no mesmo ramo.

O termo “IBAMA”, na verdade, é usado para designar todas as organizações que trabalham de alguma forma com meio ambiente. Durante a oficina uma pessoa comentou que “*Teve uma reunião com o IBAMA que a partir de setembro vão começar a plantar mudas nas nascentes*”, e que “*é uma empresa vai fazer o serviço*”. Na verdade, trata-se do projeto do INCRA de recuperação de APPs, mas por se tratar da questão ambiental relacionam diretamente com o IBAMA.

5.3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Esta etapa foi importante pois permitiu a participação direta em algumas atividades relacionadas ao foco da pesquisa, UCs e PAs, com alguma relação direta com o PARNA das Araucárias e o Zumbi dos Palmares. A forma de condução desta etapa ficou condicionada à abertura de cada instituição e das limitações do pesquisador. Nas atividades em que foi possível participar, também foi possível contribuir de diferentes formas na sua realização, tanto com opiniões quanto na socialização dos resultados desta pesquisa.

5.3.1. Recuperação de APPs e Educação Ambiental nos PAs de Passos Maia

O projeto do INCRA/SC de recuperação de APPs e Educação Ambiental contribuiu para compreender um pouco mais sobre as atividades realizadas nos PAs. A aproximação deste projeto iniciou por meio da primeira reunião, realizada entre INCRA, MST, COOPTRASC e ENCATTO para apresentação do projeto. Posteriormente também foi possível acompanhar algumas oficinas no Zumbi dos Palmares e em outros PAs vizinhos. A empresa ENCATTO Projeto Ambientais, sediada em Florianópolis, foi licitada para execução dessas atividades. Esta recebeu do INCRA/SC recursos financeiros para contratar técnicos e comprar o material necessário para executar as atividades.

Estas atividades são resultado do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 2003 para regularizar o processo de Licenciamento Ambiental dos PAs criados antes de 2001. Este acordo judicial culminou na concessão das LAOs, pela FATMA, para os PAs de Reforma Agrária em SC. Porém, a validade das LAOs ficou condicionada à execução de programas voltados à recuperação e preservação ambiental.

Em cumprimento parcial a estas exigências, o INCRA/SC desenvolveu em 2008 um projeto piloto em Passos Maia. Este projeto visa buscar a recuperação e preservação ambiental através de um processo de educação ambiental, apresentar alternativas de exploração econômica compatíveis com conservação dos recursos naturais, ou seja, ambientalmente sustentáveis (INCRA, 2007).

Desde que a implementação de PAs de Reforma Agrária ficou submetida à regulamentação do CONAMA, o INCRA promoveu diversas ações na área ambiental para cumprir o processo de Licenciamento Ambiental. A execução desses projetos, porém,

parece depender sempre de empresas de consultoria, licitadas conforme as exigências legais. Os servidores do INCRA não conseguem mais dar conta de executar estes projetos, muito menos há uma capacitação local para que os próprios assentados conduzam estas atividades.

Este projeto foi um exemplo da forma terceirizada como os projetos do INCRA são realizados. Além das reuniões e oficinas, foram realizados plantios de mudas nativas nos primeiros 10 metros das APPs e em áreas degradadas da RL. As mudas foram compradas em outro município, ao invés de potencializar o viveiro de mudas nativas em andamento no PAs, já comentado anteriormente. Enquanto os próprios assentados poderiam produzir as mudas, inclusive como um retorno financeiro, essa terceirização do processo enfraquece as iniciativas locais ao invés de fortalecê-las.

A participação neste projeto acrescentou outras informações importantes à pesquisa, como por exemplo acesso aos documentos do Licenciamento Ambiental que embasaram a concessão das LAOs. Estes estudos também foram terceirizados, mediante licitação, e a empresa de consultoria contratada para a elaboração dos estudos foi a VPC Brasil - Tecnologia Ambiental e Urbanismo Ltda.

Os documentos do Licenciamento Ambiental parecem ser cópias uns dos outros, nos quais se modificam apenas as informações específicas de cada PA. Os estudos e programas temáticos são propostos para cada PA isoladamente, sem nenhuma forma de integração entre os demais. Um exemplo de que não se pode pensar individualmente cada PA é o projeto do viveiro de mudas, que é uma iniciativa da Escola localizada no Zumbi dos Palmares, mas está sendo construído em parte de um lote do assentamento vizinho, o 29 de Junho.

Segundo o documento que embasou o Licenciamento Ambiental do Zumbi dos Palmares, “*O assentamento possui 44.1828ha na APA das Araucárias, que deverão ter anuência do IBAMA para uso conforme Resolução CONAMA N° 237 de 19.12.97, Art. 4C, item I*” (INCRA, 2006). Em nenhum momento o documento cita a existência do PARNA das Araucárias, apenas comenta a sobreposição do Zumbi em uma UC que sequer foi criada. E pior, considera que mais de 44 mil hectares do PA estão inseridos na suposta APA, sendo que a área do Zumbi dos Palmares não ultrapassa 2 mil hectares segundo este mesmo documento. Em apenas uma frase o projeto básico apresenta várias informações equivocadas que comprometem a confiabilidade dos outros aspectos do documento, bem como dos Licenciamentos dos outros PAs.

5.3.2. Jornada Nacional de Luta contra o agronegócio e as transnacionais

Além da participação direta em atividades no Zumbi dos Palmares através de projetos promovidos pelo INCRA, também se fez necessário conhecer mais sobre a forma de atuação do MST. Foi em virtude deste movimento social que a grande maioria dos PAs de Reforma Agrária em SC e em outros estados do Brasil foram e continuam sendo criados. Ademais, a parceria do MST com outros movimentos camponeses e, ultimamente, com os movimentos urbanos também parece fortalecer a luta pela Reforma Agrária no país.

Uma atividade que contribuiu nesta pesquisa foi a “Jornada Nacional de Luta contra o agronegócio, as transnacionais e por um projeto de agricultura camponesa”. Esta atividade foi promovida principalmente pela Via Campesina e realizada no município de Otacílio Costa de 08 a 10 de junho de 2008. Esta cidade é totalmente envolta por plantações de pinus, e boa parte da população é empregada em uma empresa produtora de celulose, a Klabin S.A.

A Jornada pautou-se nas problemáticas econômicas, ambientais e sociais decorrentes do atual modelo de produção, caracterizado pelo monopólio das grandes empresas, concentração de terra e monocultivos para exportação. Os participantes denunciaram os problemas causados pela monocultura de pinus e eucalipto em SC e propuseram alternativas voltadas à produção de alimentos de forma agroecológica.

A Jornada contou também com a participação de ONGs ambientalistas. Um representante da ONG Biofilia proferiu a palestra “Impactos socioambientais da plantação de monoculturas arbóreas” que, apesar do caráter fortemente acadêmico, procurou mostrar para o público da jornada muitos efeitos dos chamados “desertos verdes”. A ONG Gralha Azul, sediada em Otacílio Costa, também apresentou algumas de suas atividades no município, como educação ambiental e plantio de mudas nativas. Porém, esta última não foi bem vista pelos participantes por sua relação com a Klabin S.A., empresa alvo de críticas durante a Jornada.

Nesta atividade foi possível participar dos debates e inclusive discutir as relações da Universidade com os movimentos sociais. Neste mesmo espaço houve um momento para comentar sobre a pesquisa realizada no Zumbi dos Palmares, bem como a relação dos demais PAs de Passos Maia com o PARNA das Araucárias. Porém, ao falar que o PM do PARNA é coordenado pela APREMAVI, houve vários comentários em virtude desta ONG também manter parcerias com a Klabin S.A.

A participação nesta atividade proporcionou perceber que os movimentos camponeses também estão internalizando as preocupações ambientais em suas diretrizes. Considerando que o MST possui influência direta na criação da maioria dos PAs de Reforma Agrária e atua significativamente em sua implementação, estes debates influenciam diretamente a qualidade ambiental dos PAs ligados ao MST.

Os movimentos sociais da Via Campesina utilizam os argumentos científicos e as questões legais, porém as preocupações ambientais não são inseridas de forma normativa, como visto anteriormente no caso do INCRA. Neste trecho da carta final da Jornada também é possível perceber questões místicas relacionadas a relação “homem-natureza”:

“O modelo produtivo baseado nos monocultivos e no uso intenso de agrotóxicos é responsável pela degradação dos recursos naturais necessários à vida, por exemplo a terra, a água e o ar. A biodiversidade está sendo reduzida numa proporção cada vez maior, inclusive com extinções de espécies de animais e vegetais da natureza. Todos conhecem os efeitos causados pelo plantio de espécies exóticas invasoras (Pinus, Eucalipto etc), mas nada se faz para impedir o avanço desses desertos verdes. Grandes áreas de florestas nativas são destruídas sob o falso argumento de que servirá para a produção de alimentos. Nossas sementes crioulas também estão sendo perdidas com as monoculturas. Os efeitos dos transgênicos são ainda piores em virtude da manipulação genética das espécies e os riscos que representam para as espécies nativas e crioulas. O planeta está sofrendo diariamente com as agressões humanas aos ecossistemas, decorrentes dessa perversidade do capitalismo. Nós, pertencentes a essa mãe-terra, adoecemos juntos e estamos nos auto-destruindo, conseqüências das nossas próprias ações” (CARTA DE OTACÍLIO COSTA, 2008).

5.3.3. Capacitação em gestão participativa de Unidades de Conservação

O projeto “Capacitação em Gestão Participativa de Unidades de Conservação nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul” é coordenado

pela ONG Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais e financiado através do PDA Mata Atlântica. O IBAMA é parceiro e executor do projeto, através dos Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) e, mais recentemente, também o ICMBio quando da realocação de alguns servidores do IBAMA para este último órgão.

No “Território do Centro Sul do PR e Norte de SC”, no qual está inserido o PARNA das Araucárias foi possível participar de um curso, realizado no município de Guarapuava/PR em dois módulos. Entre os participantes estavam gestores, conselheiros, técnicos, parceiros e representantes de comunidades, todos envolvidos com alguma das UCs deste território. O primeiro módulo do curso foi mais teórico e o segundo voltado para a elaboração de um “plano de trabalho” com a finalidade de implementar a gestão participativa nestas UCs.

A elaboração do plano de trabalho iniciou com uma dinâmica chamada “Oficina de Futuro”. Esta atividade serviu para definir os sonhos para as UCs, considerando os problemas enfrentados, suas causas e as maneiras de se atingir esses sonhos. O plano de trabalho voltado ao PARNA das Araucárias foi construído em conjunto com um técnico da APREMAVI, também presente no curso. O primeiro esboço dos sonhos para o CG do PARNA das Araucárias encontra-se na Tabela 3.

ATIVIDADE: Construção dos sonhos para o Conselho das UCs e os problemas a serem enfrentados	
ÁRVORE DOS SONHOS	CAMINHO DAS PEDRAS
Sensibilização perante a importância das UCs pra a região	- Marcas do processo de criação das UCs - Desconhecimento da importância das UCs - Resistência de proprietários de áreas
Envolvimento de todos os atores e interesses para uma construção coletiva	- Muitos interesses divergentes - Pouca interação entre os atores - Intereses pessoais (visão individual)
Mobilização e capacitação contínua	- Pouco tempo para a entrega da minuta
Iniciativas inovadoras na formação do conselho e mediação de conflitos	- Pouco conhecimento da realidade local - Resistência à novas metodologias e formas de ação

Tabela 3: Atividade da Oficina de Futuro para construção dos sonhos para o Conselho Gestor do PARNA das Araucárias e das possíveis dificuldades para alcançá-los.

Autores: Ezequiel Antonio de Moura e Marcos Alexandre Danieli

A partir destes quatro sonhos e das dificuldades (caminhos das pedras) para alcançá-los, foi discutido as possíveis causas destes problemas (jornal mural). O resultado desta atividade pode ser visto na Tabela 4.

ATIVIDADE: Priorização dos problemas e busca de suas causas	
PEDRAS	JORNAL MURAL
- Pouco conhecimento da realidade local	- Poucos estudos e relativamente recentes - Falta de articulação e sistematização
- Marcas do processo de criação das UCs - Desconhecimento da importância das UCs - Resistência de proprietários de áreas	- Forma unilateral de criação das UCs - Separação entre homem-natureza
- Muitos interesses divergentes - Pouca interação entre os atores - Interesses pessoais (visão individual)	- Grupos sociais distintos - Diferentes formas de apropriação e uso dos recursos naturais - Pouca comunicação e mediação
- Pouco tempo para a entrega da minuta - Resistência à novas metodologias e formas de ação	- Recursos limitados - Exigências das fontes financiadoras - Pouca abertura a novas idéias - Relação histórico-cultural e processo de educação

Tabela 4: Atividade da Oficina de Futuro para buscar as causas dos problemas identificados na atividade anterior. Autores: Ezequiel Antonio de Moura e Marcos Alexandre Danieli

A atividade final do curso foi a elaboração de um plano de trabalho para implementar a gestão participativa no PARNA das Araucárias, de acordo os exercícios da oficina de futuro. Priorizaram-se os dois primeiros sonhos e foram detalhadas as formas de colocá-los em prática (*o que fazer; como fazer; quando fazer; quem vai fazer*). A versão final do plano de trabalho ao término do curso está na Tabela 5.

SONHO: Sensibilização perante a importância das UCs para a região			
O QUE FAZER?	COMO FAZER?	QUANDO FAZER?	QUEM VAI FAZER?
Participar no andamento do projeto de elaboração do conselho consultivo do PARNA das Araucárias	Contribuir na tomada de decisões junto às atividades a serem realizadas	A partir de uma apresentação inicial do plano de trabalho à equipe do projeto Mediante sua avaliação das propostas	Marcos, Ezequiel, Mater Natura.
Participar das reuniões e oficinas a serem realizadas na região	Construir coletivamente as metodologias e auxiliar na divulgação das reuniões e oficinas	De acordo com o cronograma do projeto e eventuais mudanças	Marcos, Ezequiel, equipe do projeto, facilitadores e convidados
Fornecer informações sobre o PARNA e as atividades do projeto	Reuniões, seminários, congressos e ambientes de convivência e relação	Sempre que houver oportunidades e espaços de diálogo	Todos que possuem informações coerentes com os fatos relacionados ao PARNA das Araucárias e sobre o projeto
SONHO: Envolvimento de todos os atores e interesses para uma construção coletiva			
O QUE FAZER?	COMO FAZER?	QUANDO FAZER?	QUEM VAI FAZER?

Contribuir para a identificação dos diversos atores envolvidos	Através da listagem existente das entidades contatadas e de outras que venham a ser conhecidas	Através das atividades a serem realizadas na área de influência do PARNA	Todos os participantes das entidades
Analisar as relações existentes e potenciais entre as entidades	Através de informações existentes e de outras a serem coletadas Uso de metodologias de análise e tratamento das informações	Durante as atividades a serem realizadas Após a apropriação da metodologia e sua aplicação	Todos os participantes (quem tiver interesse na análise - Ezequiel)
Facilitar a articulação dos atores para a formação do conselho do PARNA	Através da socialização do estudo sobre as relações entre as entidades	Antes da realização das reuniões e oficinas para a formação do conselho Durante as atividades acima citadas	Marcos e Ezequiel Todos os envolvidos com as atividades

Tabela 5: Plano de trabalho elaborado ao final da segunda etapa do curso de Gestão Participativa.

Autores: Ezequiel Antonio de Moura e Marcos Alexandre Danieli

Quanto aos outros dois sonhos (mobilização e capacitação contínua; e iniciativas inovadoras na formação do conselho e mediação de conflitos), optou-se por detalhá-los no plano de trabalho assim que os dois primeiros estivessem mais encaminhados. No presente momento (final de 2008), o plano está sendo implementado numa fase chamada de “enriquecimento prático”, até abril de 2009. A atividade final do projeto será a participação no III Seminário Sul Brasileiro de Conselhos Gestores de UCs onde serão apresentados os resultados da implementação dos planos de ação.

5.3.4. Plano de manejo e conselho gestor do PARNA das Araucárias

A última atividade complementar foi a participação em atividades do projeto de elaboração do PM e de formação do CG do PARNA das Araucárias. Essa inserção esteve diretamente influenciada pelo projeto de Gestão Participativa porque só foi possível por meio da aplicação do plano de trabalho do curso, na fase de enriquecimento prático. O plano de trabalho foi apresentado em duas reuniões que envolveram a APREMAVI, Mater Natura, ICMBio, PDA Mata Atlântica, TNC entre outros parceiros do projeto. Este plano foi então adaptado ao cronograma de atividades do projeto coordenado pela APREMAVI, e inserida também a ESEC da Mata Preta nos mesmos objetivos do plano.

A participação neste projeto permitiu perceber a situação precária da gestão do PARNA das Araucárias e da ESEC da Mata Preta. Os analistas ambientais do ICMBio têm muitas dificuldades em realizar suas funções em virtude da falta de recursos e infra-estruturas necessárias para o acompanhamento destas UCs e a participação efetiva no projeto de elaboração do PM e de formação do CG. Os responsáveis pelo PARNA e pela ESEC foram empossados no IBAMA durante um período de greve e logo em seguida o órgão foi dividido, quando da criação do ICMBio. Ambos foram lotados no escritório regional de Chapecó, mas sem definição exata de funções.

Por outro lado, também foi possível perceber a presença e a força política das ONGs ambientalistas no direcionamento das atividades conservacionistas. O processo de criação das UCs na Floresta com Araucárias teve influência da APREMAVI e da TNC. Agora, estas ONGs coordenam a implementação do PARNA das Araucárias e da ESEC da Mata Preta, através da elaboração do PM e da formação do CG destas UCs.

Uma característica deste projeto é a existência de um “Conselho Gestor do projeto” para acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas, composto pela instituição proponente do projeto, alguns parceiros e entes públicos envolvidos. A equipe procurou acessar documentos de trabalhos desenvolvidos na região, mas as outras instituições não têm facilitado o intercâmbio de informações. Um representante do Conselho Gestor do projeto *“comentou que entrou em contato com a FATMA para que esta disponibilizasse os dados, relativos aos estudos realizado pela empresa Socioambiental, para à Implementação do Corredor Ecológico da Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó, mas não obteve resposta”* (APREMAVI, 2008a).

A equipe do projeto buscou também ter acesso aos estudos do Licenciamento Ambiental dos PAs, mas ao que consta o INCRA não disponibilizou os documentos: “*o Incra possui um levantamento de dados socioeconômicos e ambientais dos assentamentos localizados na ZA do Parna, realizados pela empresa VCP [VPC], mas que não está tornando esses dados públicos*” (APREMAVI, 2008a). Houve outros problemas na relação com o INCRA, mas “*esta situação, foi parcialmente resolvida, após reunião realizada em Florianópolis no dia 26 de março de 2008, em que ficou decidido como seriam organizadas as reuniões abertas com os assentamentos*” (APREMAVI, 2008b). Isso demonstra o quanto a falta de diálogo entre os órgãos responsáveis pelas UCs e PAs continua a ocorrer, e as negociações são sempre conflituosas e geradoras de mais divergências.

Outro grande empecilho para o bom andamento do projeto é o fato de um dos proprietários de área no PARNA não autorizar a entrada da equipe em suas terras. O responsável pelo PARNA já conversou com o proprietário, mas este insiste em não autorizar os estudos em sua propriedade. O maior problema é o fato desta área ser uma das maiores e mais expressivas em termos de biodiversidade, e a equipe técnica não ter acesso. Representantes do Conselho Gestor do projeto “*abordaram que pode ser feito uma solicitação junto ao Ministério Público e ao Ministério Federal para a entrada nessas áreas*” (APREMAVI, 2008a).

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo no PARNA das Araucárias e no Zumbi dos Palmares gerou subsídios para se pensar as interfaces entre UCs e PAs de Reforma Agrária. As entrevistas e oficinas forneceram informações importantes sobre esses dois territórios que serviram de estudo de caso. Já as atividades complementares permitiram inferir questões mais genéricas voltadas às políticas de UCs e de Reforma Agrária no Brasil.

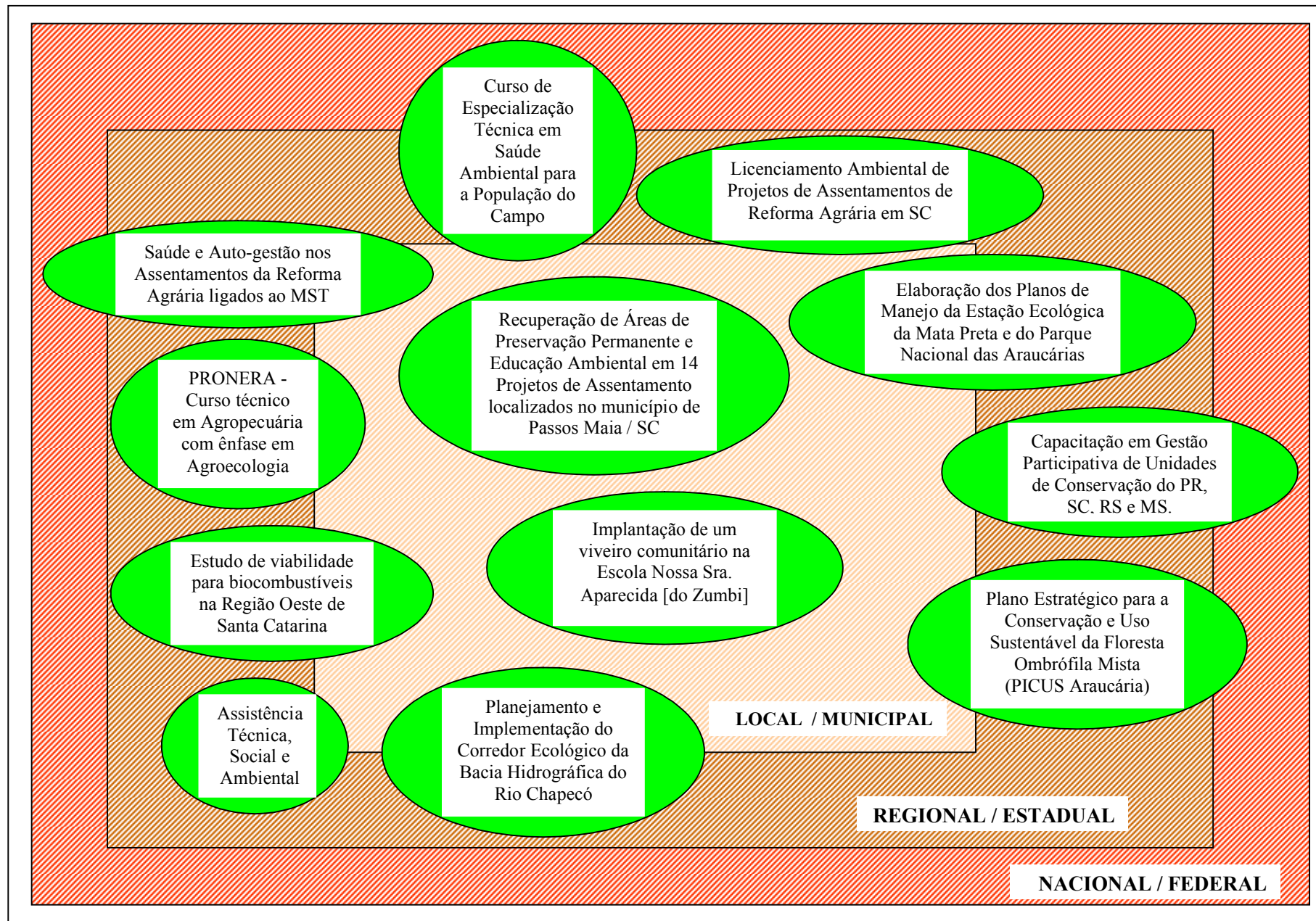
A proposta inicial do projeto de pesquisa era contribuir diretamente na elaboração do PM e na formação do CG do PARNA das Araucárias. Os objetivos e o roteiro de entrevistas estavam voltados para o diagnóstico socioambiental no entorno do PARNA, mas o foco mudou quando a APREMAVI não abriu possibilidades de inserção desta pesquisa nas atividades do projeto. Mesmo com inúmeras tentativas, somente foi possível participar de algumas atividades do projeto quando esta pesquisa já estava em vias de finalização.

Por outro lado, o MST sempre demonstrou interesse por este trabalho e a pesquisa acabou, então, se direcionando mais para o Zumbi dos Palmares do que para o PARNA das Araucárias. A atuação em conjunto com o Projeto da Saúde possibilitou que as informações desta pesquisa tivessem uma aplicação direta no Zumbi. Além disso, os resultados podem ser extrapolados para outros PAs vizinhos ao PARNA, assim como possíveis intervenções também podem se dar de maneira semelhante como ocorreu no Zumbi dos Palmares.

As entrevistas permitiram identificar a situação ambiental do Zumbi dos Palmares, os principais problemas enfrentados, como também os conhecimentos etnoecológicos por parte dos assentados. Talvez a maior contribuição não tenha sido os dados em si, mas a maneira como foram realizadas as entrevistas. Foi possível uma grande proximidade com as famílias assentadas em virtude do diálogo estabelecido e da relação de confiança que se criou. Os diagnósticos técnicos para elaborar planos de manejo, geralmente, carecem deste conto interpessoal e de uma relação duradoura com as comunidades do entorno de UCs.

A oficina realizada no Zumbi dos Palmares complementou em muito as informações coletadas nas entrevistas e propiciou um espaço de socialização destas informações, bem como de planejamento de ações voltadas para solucionar os problemas identificados. As próximas oficinas ocorrerão em breve e darão continuidade às atividades, inclusive avaliação e monitoramento do que já foi realizado.

As atividades complementares permitiram identificar outros projetos em andamento e outras instituições atuantes em Passos Maia com algum enfoque ambiental. Apesar de não poder participar de todas estas iniciativas, foi possível listá-las e esquematizá-las para se ter uma noção geral dos projetos existentes no município. O Esquema 1 mostra uma síntese dos projetos socioambientais com alguma forma de atuação em Passos Maia identificados durante a pesquisa.



Esquema 1: Abrangência dos projetos socioambientais com alguma forma de atuação em Passos Maia.

A maioria destes projetos possui alguma forma de atuação no PARNA das Araucárias, bem como em outras UCs da região, ou no Zumbi dos Palmares, bem como em outros PAs de Passos Maia. Os demais projetos foram incluídos porque também estão relacionados à gestão de recursos naturais da FOM. Alguns são desenvolvidos exclusivamente em Passos Maia (local/municipal), outros também em municípios vizinhos (regional/estadual), e outros abrangem também outros estados do Brasil (nacional/federal).

Em alguns casos os projetos ocorrem em virtude dos PAs, principalmente pela forte atuação do MST, e em outros pela existência do PARNA das Araucárias, que atraiu novas organizações instituições que passaram a atuar no município. Há também projetos que ocorrem prioritariamente neste município, justamente pela relação entre o PARNA e os PAs. É o caso do projeto do INCRA, o qual foi desenvolvido primeiramente em Passos Maia provavelmente por influência do PARNA e pela demanda de adequar os PAs no entorno desta UC à legislação ambiental.

A participação nestas atividades oportunizou também perceber a falta de articulação entre as organizações promotoras dessa gama de projetos. A participação em diferentes reuniões e oficinas no Zumbi dos Palmares, bem como a leitura de relatórios sobre estas e outras atividades, permitiu observar que os relatos dos assentados se repetem sempre sem haver solução dos problemas por nenhuma das frentes de trabalho.

Todas as organizações relacionadas com os projetos socioambientais identificados durante esta pesquisa também foram listadas para analisar as relações entre elas. Mesmo não sendo possível conhecer todas na prática, foram sistematizadas a partir do conhecimento existente sobre suas relações com os projetos. Buscou-se no Esquema 2 representar os tipos de organizações, as relações entre elas e as formas de aquisição de recursos financeiros para os projetos socioambientais realizados em Passos Maia.

Esquema 2: Representação das interações entre as organizações que atuam em Passos Maia com algum enfoque socioambiental.

O esquema 2 está centrado nos dois tipos de territórios públicos existentes em Passos Maia que foram foco desta pesquisa, UCs e PAs. O PARNA das Araucárias neste caso é a única UC do município, porém PAs são vários, apesar do estudo de caso ter sido realizado prioritariamente no Zumbi dos Palmares. O esquema mostra como toda esta gama de projetos socioambientais e a conseqüente diversidade de organizações atuantes no município são resultantes principalmente da existência destes dois tipos de territórios públicos.

O esquema foi organizado de modo a agrupar as instituições que trabalham com o uso direto dos recursos naturais à esquerda, e as outras da qual a atuação principal é a conservação, à direita. Em alguns casos isso não foi possível pois as instituições trabalham em ambos temas (e outros inclusive), então se priorizou a forma de atuação principal em Passos Maia. A partir disso foi possível observar algumas similaridades e diferenças no processo de Reforma Agrária e UCs, nessa “dualidade” esquerda-direita.

Pode ser observado, por exemplo, que os recursos financeiros para conservação advêm principalmente de bancos internacionais (à direita), através de cooperações estabelecidas entre o Brasil e outras nações. Já a Reforma Agrária parece ser feita e mantida exclusivamente com recursos da própria União (à esquerda), através de diversos órgãos públicos. Uma similaridade verificada em ambos casos é o fato do Poder Público transferir a execução de alguns projetos para entidades de direito privado (empresas, ONGs, associações etc), seja por meio de editais, licitações ou convênios.

Até o momento de apresentação desta monografia alguns projetos foram encerrados, algumas organizações não atuam mais em Passos Maia ou modificaram suas formas de atuação. Por outro lado, alguns projetos têm continuidade, outros são renovados, bem como muitos novos surgem. Passos Maia possui esse diferencial em relação aos outros municípios de SC, de ter UCs e PAs, o que permite que várias organizações atuem com os mais diversos tipos de projetos.

O uso da etnoecologia como ferramenta para compreender a dinâmica local do Zumbi dos Palmares e sua relação com o PARNA das Araucárias permitiu identificar as implicações nos PAs da criação desta UC. A aplicação do método etnoecológico no contexto da Reforma Agrária gerou elementos novos para esta área da ciência,

principalmente por serem PAs ligados ao MST. Não foram encontrados registros na bibliografia sobre pesquisas etnoecológicas desenvolvidas especificamente com o MST.

Os PAs ligados ao MST possuem peculiaridades, como o coletivismo, a identidade pública, as instituições sociais locais, as atividades de produção voltadas para subsistência, ligação intensa com o território etc, equivalentes às ditas “populações tradicionais”. Estas características, se bem estudadas e socializadas na comunidade científica pode aportar novos conhecimentos para a etnoecologia e melhorar a efetividade do método no contexto da Reforma Agrária.

O enfoque etnoecológico, porém, mostrou-se limitado nas questões políticas enfrentadas durante esta pesquisa, como a forte atuação das ONGs e a dependência da conservação dos bancos internacionais. Geralmente os estudos etnoecológicos são de caráter mais acadêmico ou quando influenciam políticas públicas limitam-se às populações reconhecidas legalmente como “tradicionais”.

A mescla da atuação coletiva do MST às metodologias participativas já conhecidas pode facilitar o desenvolvimento de projetos cada vez mais participativos. Infelizmente foi verificado justamente o contrário nos projetos desenvolvidos no Zumbi dos Palmares e outros PAs do entorno do PARNA das Araucárias. Tais projetos quase ignoram a organização de base, o coletivismo, as iniciativas existentes e o debate político promovido pelo MST com os assentados. Ao invés dos PAs se fortalecerem, a forma como tais projetos são desenvolvidos diminuem a identidade coletiva e a ligação com o território, que proporcionam esse diferencial aos PAs ligados ao MST.

Em nível nacional os PAs de Reforma Agrária parecem estar recebendo mais atenção das políticas públicas voltadas ao meio ambiente. Um exemplo disso é o item 1.6 do formulário de apresentação de projetos do PDA Mata Atlântica, no qual consta: *“Nomear as UC(s), Terra(s) Indígena(s), Quilombos, Assentamento(s) da Reforma Agrária e comunidade(s) tradicionais(s) envolvida(s) no projeto, indicando o número de famílias nessas áreas e se for o caso o Órgão Gestor”*. Realmente, quando estes grupos sociais estiverem inseridos em uma região da qual se pretende realizar um projeto deste caráter, o envolvimento destes é de fundamental importância.

Isso demonstra que o MMA estimula as instituições proponentes de projetos neste tipo de edital a envolver as comunidades com esse diferencial. Porém, na prática não garante que estas instituições envolverão essas comunidades diretamente no processo. No projeto enviado pela APREMAVI ao PDA Mata Atlântica, por exemplo, no item 1.6 do

formulário não consta nenhum PA de Reforma Agrária, a despeito de existirem vários PAs tanto no entorno do PARNA das Araucárias como da ESEC da Mata Preta.

O acompanhamento do processo de criação do PARNA, desde as consultas públicas até o presente momento de implementação desta UC, permitiu identificar o quanto as decisões técnicas prevaleceram durante todo o processo. As consultas públicas foram realizadas apenas para cumprir uma etapa burocrática, e ainda se transformaram em “palanque político” para os diversos interesses políticos e econômicos da região. Ademais, a necessidade de policiais militares e federais para garantir a realização dessas consultas evidenciou o caráter impositivo da criação do PARNA.

As marcas do processo de criação comprometeram significativamente a implementação e gestão do PARNA das Araucárias e da ESEC da Mata Preta. Por exemplo, na maior e mais conservada área do PARNA o proprietário não permite a entrada dos técnicos para realizarem os estudos. Inclusive cogitou-se a necessidade de solicitar ao Ministério Público a entrada nessas áreas, porém parece não haver uma reflexão crítica do quanto esta aversão ao PARNA é consequência do modelo unilateral de criação destas UCs.

O decreto de criação do PARNA das Araucárias definiu como Zona de Amortecimento somente os primeiros 500 metros do seu perímetro. Ou seja, os trabalhos do PM sequer poderão ponderar quantos metros são necessários para amortecer os impactos sobre a UC. O argumento de criar o mais rápido possível as UCs para conter a degradação nestas áreas foi contraditório, porque o desmatamento aumentou justamente nos rumores de criação destas UCs.

Essa constante falta de diálogo e decisões unilaterais demonstram o quanto as ações foram sempre no sentido de apagar “incêndios” gerados anteriormente e acabam gerando novos focos de “incêndio” continuamente. Nessa constante geração e controle de “incêndios”, mesmo que não conscientemente, determinadas organizações garantem a continuidade de sua atuação justamente na justificativa de apagá-los.

A divisão do IBAMA também enfraqueceu o órgão e desmobilizou as iniciativas que estavam em andamento, por exemplo a atuação dos NEAs. Em contrapartida o ICMBio não se consolidou de imediato e continuou dependente dos recursos e infra-estruturas do IBAMA. O fato do ICMBio não ter condições de promover uma gestão eficiente do PARNA e da ESEC, sequer participar ativamente das atividades de elaboração do PM e a formação do CG destas UCs, não é por incompetência do órgão. Agora é possível perceber

como esta fragmentação enfraqueceu a gestão pública das UCs e fortaleceu as organizações privadas, que passaram a assumir o papel do Estado.

O ICMBio não tem veículo à disposição, nem outros equipamentos necessários (computador, GPS etc) para os trabalhos de campo no PARNA e na ESEC, que sequer possuem sede na UC. A APREMAVI, por outro lado, possui um veículo a total disposição do projeto, além de computadores, GPSs e outros recursos, tudo viabilizado com dinheiro público. Nada disso ocorre fora da legalidade ou dos níveis de profissionalismo exigidos pelos órgãos financiadores, mas claramente demonstra um processo de terceirização.

Outra dimensão dessa terceirização na implementação das UCs é o fato de todas as informações relativas ao PARNA e a ESEC estarem na página eletrônica da APREMAVI. Os mapas, relatórios, até mesmo os editais com os formulários para compor o CG estão disponíveis eletronicamente apenas no website desta ONG. Enquanto isso, a página eletrônica do ICMBio informa nada mais do que tamanho, o ano de criação das UCs e o bioma ao qual estão inseridas. Novamente não se trata de incompetência do órgão público, mas sim de uma transferência de suas funções para ONGs.

Mais importante do que a minuta final do PM, a experiência durante o processo de elaboração é de mais valia do que o documento no papel. O mesmo ocorre com o CG, pois a articulação feita entre as diferentes organizações é muito mais importante para a futura gestão das UCs do que a lista final dos conselheiros. Contudo, esta experiência está sendo acumulada pela APREMAVI, e não pelo ICMBio. Isso implica que esta ONG estará mais capacitada para realizar a gestão futura do PARNA e da ESEC do que o próprio órgão responsável.

O projeto de Gestão Participativa também é coordenado por uma ONG, porém o IBAMA e ICMBio são parceiros executores neste caso, não apenas acompanham as atividades, como verificado no projeto do PM e do CG do PARNA e da ESEC. Parece ser uma alternativa a esta lógica de concentração das atividades de planejamento das UCs apenas nas ONGs. Neste projeto coordenado pelo Mater Natura os órgãos públicos estão mais presentes e atuantes, além do diferencial de gerar multiplicadores do processo de gestão participativa que passam atuar por si posteriormente.

No curso oferecido pelo projeto de Gestão Participativa, porém, participou apenas um técnico da APREMAVI, representando o PARNA e a ESEC. Não participaram lideranças de instituições locais e de comunidades dos municípios onde estão inseridas estas UCs, nem mesmos os responsáveis do ICMBio pelo PARNA e pela ESEC. Ou seja, a

implementação (ou não) de um processo de gestão participativa nestas UCs continua dependendo fundamentalmente de uma ONG externa ao território.

Da mesma forma que as UCs, os PAs de Reforma Agrária passam pelo mesmo processo de terceirização do seu planejamento e gestão. O número de servidores do INCRA é extremamente baixo para o grande número de famílias que precisam ser atendidas na região. Também não possuem condições (infra-estruturas, técnicos etc) para acompanhar todos os PAs e dar conta das demandas com eficiência. Enquanto isso, dinheiro público é transferido para empresas que, essas sim, conseguem todas as condições para realizar os trabalhos nos PAs.

A empresa licitada para promover as oficinas de Educação Ambiental nos PAs de Passos Maia tinha melhores condições de atuação do que os técnicos do INCRA e de ATES. Ao invés de fortalecer o órgão governamental na região e apoiar as iniciativas nos próprios PAs, optou-se por transferir o trabalho a uma organização privada. Um exemplo disso é o fato das mudas de árvores para recuperar as APPs terem sido compradas em outro município, ao invés de investir no viveiro em andamento nos PAs de Passos Maia.

O ICMBio e o INCRA parecem estar perdendo força e autonomia nos territórios públicos que administram, UCs e PAs, na medida que transferem parte de suas funções as ONGs ou empresas. As organizações comunitárias também são atropeladas e suas iniciativas locais são ignoradas, enquanto que as organizações externas se beneficiam. No processo de criação do PARNA nunca houve um diálogo efetivo com o INCRA e com as lideranças locais do MST, e hoje continua gerando divergências entre as diferentes organizações envolvidas com a UC e os PAs.

Apesar do PARNA das Araucárias e dos PAs de Passos Maia terem sido criados sem as devidas medidas para garantir sua efetivação, seria pior se estas áreas continuassem em propriedade de poucos. É inquestionável a importância da criação de ambos para atender suas demandas, conservação da natureza e Reforma Agrária. Apesar das falhas e dificuldades, as Áreas Naturais Protegidas e a Reforma Agrária no Brasil ganham muito com a criação desta UC e desses PAs. Porém, faz-se necessário questionar o quanto organizações externas se beneficiam mais do que o público envolvido com estes territórios.

O PARNA das Araucárias é mais recente em Passos Maia do que os PAs, da mesma forma que a política de UC é mais recente do que a Reforma Agrária no âmbito nacional. Portanto, atualmente a figura nova no município é o PARNA, e provavelmente passará por preconceitos e desconfianças similares aos que os PAs passaram até sua

aceitação no cotidiano da população local. Muitos conflitos surgirão entre os grupos envolvidos com a UC e os PAs, porém uma diferença significativa no contexto de Passos Maia é a presença do MST na região de influência do PARNA das Araucárias. Este movimento social tem internalizado cada vez mais a questão ambiental em suas diretrizes e ações e mostra-se como um grande parceiro em potencial para a mediação destes conflitos.

O PARNA das Araucárias, por sua vez, também pode potencializar os projetos já existentes no Zumbi dos Palmares e em outros PAs, bem como catalisar a elaboração de novos projetos. A existência do PARNA nas proximidades pode facilitar a aquisição de recursos para projetos voltados a sustentabilidade dos PAs. Experiências similares demonstram a eficiência desse tipo de parceira, onde os assentados são beneficiados por atividades de produção em consonância com os aspectos da preservação (SOARES; BENSUSAN & FERREIRA NETO, 2002).

A UCs e os PAs de Reforma Agrária podem ser exemplos de compatibilização do uso dos recursos naturais e cumprimento da legislação ambiental. As UCs pelo fato de existirem diversas categorias de uso, passarem por um processo de PM, construírem um espaço de mediação de conflitos, os CGs. Quanto os PAs, estes passam por um processo de Licenciamento Ambiental, são dinamizadores das regiões onde estão inseridos, e possuem uma importante organização de base, os NBs. Cada política, com seus objetivos específicos e formas diferentes de implementação, gera territórios públicos com potencial de serem exemplos de gestão pública.

O desafio proposto por esta pesquisa é pensar as UCs e PAs de maneira integrada, de modo a potencializar as vantagens de cada um e superar as falhas cometidas historicamente em ambos casos. No caso de Passos Maia, onde o PARNA das Araucárias está rodeado por PAs, a demanda é ainda maior no sentido de conciliar os objetivos desses dois territórios públicos e seus instrumentos de gestão. Talvez esta pesquisa ainda não tenha condições de influenciar diretamente as políticas de Reforma Agrária e Unidades de Conservação, mas gerou subsídios para que trabalhos posteriores possam caminhar neste sentido.

É importante destacar que o objetivo desta pesquisa não foi questionar a qualidade dos projetos desenvolvidos no PARNA ou nos PAs pelas ONGs ou empresas. Provavelmente estes projetos devem estar alcançando suas metas e os órgãos financiadores devem estar satisfeitos com os resultados. Contudo, a partir das evidências com os projetos

socioambientais identificados nesta pesquisa observa-se um padrão dos órgãos públicos transferirem para ONGs e empresas a execução dos projetos em UCs e PAs.

Um dos motivos iniciais desta pesquisa era potencializar o envolvimento comunitário dos assentados para implementação do PARNA das Araucárias. Ao final, porém, percebeu-se que os assentados continuarão sendo marginalizados neste processo em virtude de questões políticas e ideológicas, da mesma maneira como o foram durante o processo de criação das UCs. Infelizmente, a parceria entre movimentos camponeses e ambientalistas (ONGs) parece ser um sonho distante.

Em outubro de 2008, a APREMAVI e a Klabin S/A ganharam o Prêmio Expressão de Ecologia, concedido pela Editora Expressão. É a primeira vez que uma empresa do setor de base florestal brasileira se une a uma ONG ambientalista com esta finalidade (KLABIN, 2008). Ademais, a APREMAVI mantém parcerias diretas com outras empresas plantadoras de pinus, inclusive no entorno do PARNA das Araucárias, como o exemplo da Adami S.A. que fornece o alojamento para a equipe do projeto.

Enquanto isso, o MST já foi indicado pela Federação das Entidades Ecologistas de Santa Catarina ao “Prêmio Porco”. As lideranças do MST comentam sempre desta atitude e parecem não mais acreditar numa possível parceria com as ONGs ambientalistas. Certamente o MST não se interessará em trabalhar conjuntamente com ONGs parcerias de empresas plantadoras de pinus, mesmo que sejam consideradas “Expressão de Ecologia”.

VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APREMAVI. 2008a. Ata da reunião preliminar realizada com a equipe técnica e 2ª reunião do Conselho Gestor do projeto de elaboração dos planos de manejo da ESEC da Mata Preta e do PARNA das Araucárias. *No prelo*.
- APREMAVI. 2008b. Ata da reunião realizada entre APREMAVI, ICMBio, PDA – Mata Atlântica e TNC sobre o projeto “elaboração dos planos de manejo da Estação Ecológica da Mata Preta e do Parque Nacional das Araucárias. *No prelo*.
- ARRUDA, R. S. V. 2000. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: Diegues, A.C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000. p. 273 - 290.
- BEDUSCHI FILHO, L.C. 2002. **Sociedade, natureza e reforma agrária: assentamentos rurais e unidades de conservação na região do Pontal do Paranapanema**. 104p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BORRINI-FEYERABEND, G. (ed.). 1997. **Beyond Fences: Seeking Social Sustainability in Conservation**. A Resource Book vol. 2, IUCN, Gland, Switzerland. Disponível em: <http://www.iucn.org/themes/spg/Files/beyond_fences/beyond_fences.html>. Acesso em: 15 nov. 2007.
- BRASIL. Casa Civil. 1964. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

BRASIL. Casa Civil. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

BRASIL. Casa Civil. 2000. **Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 09 de maio de 2007.

BRASIL. Casa Civil. 2002. **Decreto nº 4340 de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 09 de maio de 2007.

BRASIL. Casa Civil. 2005. **Decreto de 19 de outubro de 2005**. Cria o Parque Nacional das Araucárias e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10657.htm>. Acesso em: 09 de maio de 2007.

BRASIL. Casa Civil. 2007. **Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

CARTA DE OTACÍLIO COSTA. 2008. **Movimentos sociais lançam a Carta de Otacilio Costa**. Disponível em: <<http://www.agecon.org.br/Comentarios/Comentario.asp?cod=188>>. Acesso em: 10 de outubro de 2008.

- COLCHESTER, M. 2000. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: Diegues, A.C. (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000. p. 225 – 256.
- DIEGUES, A. C. 2000. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: Diegues, A. C. (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000. p. 01 – 46.
- ESTADÃO. 2005. **SC quer incentivos em vez de reserva de araucárias**. Disponível em: <<http://www.lead.org.br/article/articleview/1994/1/113/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2008.
- FATMA. 2007. **Fatma implanta o primeiro corredor ecológico do Estado**. Disponível em: <<http://www.belasantacatarina.com.br/noticias/2007/04/26/Fatma-implanta-o-primeiro-corredor-ecologico-do-Estado-2028.html>>. Acesso em: 10 de outubro de 2008.
- IBAMA. 2002. **Roteiro metodológico de planejamento** (para parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas). Brasília, Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/unidades/roteiro_metodologico_revisado_05_2005.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2007.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 13 dez. 2008.
- INCRA. 2005. **Relatório Ambiental nº 02 - 2005**. Criação de 03 Unidades de Conservação Federais no Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 22p.
- INCRA. 2007. **Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2007**. Superintendência Regional de Santa Catarina. Florianópolis.
- INCRA/COOPTRASC. 2005. **Plano de Recuperação do Assentamento**: P.A. Zumbi dos Palmares. Passos Maia. 32p.

INCRA/COOPTRASC. 2007. **Dados sócio-econômico e ambiental do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares**. Passos Maia. 12p.

INCRA. 2006. **Projeto de Assentamento: Zumbi dos Palmares**. Projetos Básicos para obtenção do licenciamento ambiental. Superintendência Regional de Santa Catarina. Florianópolis.

KLABIN. 2008. **Responsabilidade Social**. Matas Legais. Disponível em: <[http://www.klabin.com.br/\(X\(1\)S\(ml2dg245kucd4vvi1skrg5ff\)\)/pt-br/responsabilidadeSocial/atividades.aspx?id=16&AspxAutoDetectCookieSupport=1](http://www.klabin.com.br/(X(1)S(ml2dg245kucd4vvi1skrg5ff))/pt-br/responsabilidadeSocial/atividades.aspx?id=16&AspxAutoDetectCookieSupport=1)>. Acesso em: 05 de novembro de 2008.

LAVRATTI, A. 2006. **O princípio da função social da propriedade e a questão fundiária em Santa Catarina**. Monografia (Curso de Graduação em Direito). Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis. CESUSC. 63p.

MARQUES, J. G. W. 2001. O Olhar (Des) Multiplicado. O Papel do Interdisciplinar e do Qualitativo na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica. In: Amorozo, M.C.M., Ming, L.C., Silva, S.M.P. (eds.) Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas. **Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste**. Anais... Rio Claro/SP: Coordenadoria de Área de Ciências Biológicas. UNESP/CNPq. 2001. p. 31-46.

MEDEIROS, J. D. 2002. Mata Atlântica em Santa Catarina. In: SCHÄFFER, W. B.; PROCHNOW, M. (org.). **A Mata Atlântica e Você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira**. 1 ed. Brasília: APREMAVI, 2002, v. 1, p. 103-109.

MEDEIROS, J. D. 2006. **Um Estado pior para as futuras gerações**. Rede de ONGs da Mata Atlântica. Brasília. Disponível em: <<http://www.rma.org.br/v3/template/downloads/boletins/2006/37/artigo.htm>>. Acesso em: 22 de junho de 2008.

MEDEIROS, J. D. 2007. Criação de Unidades de Conservação no Brasil. In: Debir, E.; Orth, D. (org.). **Unidades de Conservação: gestão e conflitos**. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2007, v. 1, p. 67-88.

MEDEIROS, J.D; SAVI, M.; BRITO, B.F.A. 2005. Seleção de áreas para criação de Unidades de Conservação na Floresta Ombrófila Mista. **Biotemas**, Florianópolis, v.18, n.2, p.33-50.

MOURA, E. A. de; HANAZAKI, N. 2006a. Oficina participativa como ferramenta de envolvimento comunitário na implementação do Plano de Manejo do Parque Estadual das Araucárias, São Domingos-SC. In: **Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social**, 2. Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: EICOS-IP/UFRJ, 2006. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/pdf/EzequielMoura.pdf>>. Acesso em 19 de abril de 2007.

MOURA, E. A. de; HANAZAKI, N. 2006b. Estudo de percepção ambiental sobre o Parque Estadual das Araucárias, São Domingos-SC. In: **Reunião Anual da SBPC**, 58. Florianópolis. Anais eletrônicos... São Paulo : SBPC/UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_3104.html>. Acesso em 19 de abril de 2007.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2007. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3713>>. Acesso em 22 de junho de 2008.

PIMBERT, M.P.; PRETTY, J.N. 2000. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: Diegues, A.C.

(org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP. p. 183 – 223.

REYDON, B; ESCOBAR, H.H.; BERTO, J.L. 1999. Os assentamentos rurais e seu impacto nas economias locais: o caso do município de Abelardo Luz - Santa Catarina. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 37, 1999, Foz do Iguaçu. Anais. Disponível em <gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/sober.html>. Acesso em: 28 de julho de 2003.

RICARDO, B.; CAMPANILI, M. (ed.). 2007. **Almanaque Brasil Socioambiental 2008**. São Paulo: ISA. 551p.

RMA. 2006. Políticos e madeireiros atrapalham processo de criação de reservas. In: **Revista Rede Pela Mata**. Brasília. n.1, ano I. p.16-19.

SALVADOR, C.; DA-RÉ, M. 2002. Avaliação preliminar dos remanescentes de floresta de araucária potenciais para estratégias de conservação no Estado de Santa Catarina. **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 3. Anais... Fortaleza, p. 639-648.

SANTA CATARINA. 1991. **Lei nº 8.480 de 12 de dezembro de 1991. Cria o Município de Passos Maia**. Disponível em: <<http://www.passosmaia.sc.gov.br/conteudo/?item=20005&fa=7181&cd=436&cc=311>>. Acesso em: 05 de novembro de 2008.

SOARES, M .C. C. (coord.); BENSUSAN, N.; FERREIRA NETO, P. S. 2002. **Entorno de Unidades de Conservação**: Estudos de Experiências com UCs de Proteção Integral. Rio de Janeiro: FUNBIO, 112p. (Série Estudos Funbio, n. 4).

SOUZA, A. C.; CUNHA, A. P. da. 2004. **Construindo uma prática crítica e criadora em educação em saúde escolar em comunidades rurais.** Monografia (Graduação em Enfermagem). Universidade Federal de Santa Catarina. 177p.

VITERITTE, P. L.; PEDRO, F. D. da L. 2004. **Relatório de estágio gestão em saúde município Passos Maia / SC.** Curso de Especialização Multiprofissional em Saúde da Família – Modalidade Residência. Universidade Federal de Santa Catarina. 79p.

VIII – ANEXO

DIAGNÓSTICO DO ZUMBI DOS PALMARES --- ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Família: nomes, sexo, idade, (observar quem responde)

Data: / /

NB: (observar se sabe o nome no NB que faz parte, o coordenador)

Há quantos anos residem no lote? Ou no assentamento???

Tamanho do lote: INCRA

1. Caracterização do lote (mapa de uso da terra) visitar o lote, tirar fotos???

- Identificar os limites, divisas, posição no assentamento
- É boa a localização do lote em relação ao assentamento? (vantagens e desvantagens)
- Características do lote (Relevo, Posição dos recursos chaves: rio, mata, banhado,...)
- Infra-estruturas do lote (casa, galpão, chiqueiro, galinheiro, caixa d'água, forno,)
- Existem áreas não utilizadas no lote? Por quê? (preservação, falta de tempo, correção do solo, insumos?)

2. Recursos naturais e paisagem (identificar áreas preservadas, uso da biodiversidade)

- Quais os recursos utilizados da floresta? (lenha, madeira, cabos de ferramentas, ervas) mapa...
- Qual a origem da água que vocês bebem? (nascente, poço) identificar o local no mapa, se está preservado
- Qual o destino do lixo? (queima, enterra) qual a percepção deles sobre isso...
- E do esgoto? (situação das fossas, interesse de mudanças...)
- Aparece animais silvestres por aqui? Tem algum que aparecia mas agora desapareceu?
- Quais as maiores mudanças na paisagem desde que chegou no assentamento?

3. Produção (identificar culturas em potencial, formas de produzir alternativas)

- Quais as fontes de renda da família? Qual a média mensal? (comercialização de produtos, trabalho externo ao lote, programas sociais do governo, aposentadoria, ajuda de familiares, financiamentos)
- Quais as atividades de subsistência? (consumo, troca, plantas medicinais, frutíferas)
- Qual a proporção de consumo de alimentos produzidos no lote / comprados no mercado?
- Quais os modos de produção? (arada, queimadas, insumos)
- Utilizam agrotóxicos? Para que finalidade? (destino das embalagens)
- Gostariam de trabalhar diferente? Culturas, animais de criação, outros métodos, incentivos financeiros
- Existem experiências agroecológicas? Conhece??? (sem agrotóxico, adução verde, inseticidas naturais)

4. Relações sociais (identificar formas de potencializar as organizações sociais)

- Como era a vida antes de vir para o assentamento? Acamparam, permutaram ou compraram o lote???
- O que mudou depois que vieram pra cá? (o que conseguiram, a vida é melhor???)
- O que falta pra viver melhor? Quais seus sonhos? (relacionar com os objetivos e propostas do projeto)
- Quais os lugares que vocês participam? (dentro e fora do assentamento: escola, igreja, reuniões de NB, trabalhos coletivos, grupos de jovens, clube de mães, mobilizações do MST, cursos de capacitação)
- O que vocês acham que falta pra melhorar a vida em comunidade? (entre os moradores)
- Qual a relação de vocês com o INCRA? (forma de atuação, conflitos, reclamações...)

5. Conhecimento a respeito do PARNA (qual o nível de participação, informação)

- Já ouviram falar no Parque Nacional das Araucárias? Como?
- Vocês sabem qual a situação atual do Parque?
- Sabem onde fica o Parque? Já foram no local? Apontar no mapa a localização em relação ao lote
- Sabe o que tem no Parque? Tem alguma coisa atrapalhando a conservação?
- Porque vocês acham que o Parque foi criado?

f) A seu ver, quem é responsável por cuidar do Parque?

6. Afinidades e conflitos em relação ao PARNA (algo afeta o Parque??? caça, coleta)

- a) Na opinião de vocês, mudou alguma coisa depois da criação do Parque? O que?
- b) A seu ver, o Parque pode trazer algo de bom? O que?
- c) A seu ver, o Parque pode trazer algo de ruim? O que?
- d) Que informações gostariam de ter sobre o Parque? Participaria de reuniões sobre o Parque?